

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Luciano Rodrigues Barbosa

A cor de Porongos  
Percepções raciais flutuantes no século XIX

Porto Alegre

2011

Luciano Rodrigues Barbosa

A cor de Porongos: Percepções raciais flutuantes no século  
XIX

Monografia apresentada ao Departamento de  
História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito parcial para  
obtenção do grau de Licenciado em História

Orientador: Professor Doutor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli

Porto Alegre

2011

Luciano Rodrigues Barbosa

A cor de Porongos: Percepções raciais flutuantes no século  
XIX

Monografia apresentada ao Departamento de  
História da Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito parcial para  
obtenção do grau de Licenciado em História

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli (Orientador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Luiza Filippozzi Martini  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, 18 de Novembro de 2011

## **Resumo**

Nesta pesquisa discutem-se os fenômenos de variações nas percepções de cor e raça em diferentes períodos para ampliar a compreensão das contradições, tanto na documentação quanto na historiografia, acerca do desfecho do episódio ocorrido em 14 de Novembro de 1844 no Cerro de Porongos. Baseado em estudos feitos por diversos autores sobre a relação cor e classe social no Brasil entre os séculos XVII e XX, busca-se apoiar no aparato conceitual utilizado por estes pesquisadores para obter uma imagem mais clara da formação das hostes farroupilhas ao mesmo tempo em que se constata o vínculo entre cor e classe social na formação da infantaria rebelde, a mais degradante das armas.

**Palavras-chave:** Guerra dos farrapos, infantaria, cavalaria, Porongos, cor, raça, classe social, escravidão, indígenas, pobreza.

## **Abstract**

This research discusses the phenomenon of variation in color and race perception in different periods, meaning to build up the comprehension of the existing contradictions, both from documentation and historiography, which took place on November 14th in the year of 1844. Based on studies by various authors about the relation between color and social class in Brazil, from 18th century to 20th, this work intends, based on the conceptual apparatus from these researchers, to obtain a more vivid image of the ragamuffin hosts and, at the same time, to verify the link between skin color and social class in the conformation of the rebel infantry, the most degrading of all arms.

**Key words:** Ragamuffin war, infantry, cavalry, Porongos, skin color, race, social class, slavery, natives, poverty.

## **Agradecimentos**

Olhando para trás agora, não posso deixar de perceber o quão essenciais foram momentos e pessoas ao longo dessa trajetória que agora chega ao fim. Trajetória esta que significa para mim muito mais do que o mero ensino acadêmico, e por esta mesma razão, faz com que essas contribuições me sejam tão caras.

Gostaria primeiramente de agradecer aos meus pais, Carlos Roberto e Myrian, que sempre procuraram apoiar minhas escolhas, mesmo quando não pareciam as certas para eles.

A meus irmãos, Leandro e Lucas que apesar das eternas divergências fraternais, sempre estão lá para ajudar no que for necessário, da mesma forma que sempre estarei para eles.

À Isabel Schleder, que tomando vinho naquele sábado na Redenção, foi para mim o início do incentivo final para essa conclusão, mesmo quando a vontade já me faltava.

Aos meus colegas e amigos Ivan Ramires e Rodrigo Eidelwein, pela companhia nos intervalos, festas, cafés, cervejadas, jogos de basquete e “nerdices” em geral.

“I’ll have some proof. My name, that was as fresh  
As Dian's visage, is now begrimed and black  
As mine own face”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> SHAKESPEARE, William. *Othello*, 3.3.54. Tradução: “Terei alguma prova. Meu nome, que era tão puro como o rosto de Diana, é agora enegrecido e preto como minha própria face”.

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	07
<b>Capítulo 1: Cor e classe social</b> .....	11
1.1 População e relações de poder na Província no século XIX .....	12
1.2 Variantes sócio-cromáticas .....	14
1.3 O caso dos “indígenas pardos” .....	17
1.4 Os processos do enegrecimento .....	20
<b>Capítulo 2: O debate historiográfico e suas contradições</b> .....	24
2.1 A querela dos Alfredos .....	24
2.2 Novos ares? .....	31
<b>Capítulo 3: O que vale uma infantaria?</b> .....	37
3.1 Os soldados a pé .....	37
3.2 A importância e o equilíbrio das armas na “guerra gaucha” .....	42
3.3 A arma de infantaria e os modos de recrutamento .....	45
3.4 Os mortos no Cerro de Porongos .....	48
<b>Considerações finais</b> .....	51
<b>Fontes</b> .....	55
<b>Bibliografia</b> .....	55

## Introdução

Na madrugada de 14 de novembro de 1844, na localidade conhecida como Cerro de Porongos, um dos mais notórios episódios da Revolução Farroupilha teve início. Uma força imperial, comandada por Francisco Pedro de Abreu, o Moringue, sob o silêncio da noite, cai sobre as forças rebeldes acampadas com um ataque avassalador. Os rebeldes, em desvantagem numérica, não conseguem resistir por muito tempo, abandonando o acampamento e deixando centenas de mortos e prisioneiros e arcando com prejuízos materiais que ameaçavam aleijar suas forças.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) objetiva identificar por trás da polêmica historiográfica (e política) em torno do acontecimento conhecido como “Surpresa de Porongos” ou “Traição de Porongos” o vínculo já discutido e estudado por importantes especialistas no tema da escravidão no Brasil entre cor e classe social. Esse foco surgiu dos estudos iniciais na bibliografia atual sobre a participação dos escravos negros na Revolução Farroupilha e a constatação de contradições tanto na historiografia quanto na própria documentação e testemunhos levantados pelos dois primeiros debatedores do tema: Alfredo Varela e Alfredo Rodrigues. Contradições estas que se prolongam até os dias atuais com poucas atualizações entre os pesquisadores; o que é compreensível, já que as fontes continuam a ser as mesmas levantadas por Varela e Rodrigues em suas respectivas coleções, incluindo suas próprias produções historiográficas.

Não é objetivo, porém, negar a importância da participação negra e escrava na guerra, muito menos na formação da identidade rio-grandense. Este é simplesmente um exercício de pesquisa, onde se procurou salientar a complexidade da questão racial na província de São Pedro do Rio Grande do Sul no século XIX através de uma antiga polêmica. Afinal, a dinâmica social nunca é tão simples como aquela encontrada nas cartas, ordens e livros, mas muito mais rica e complexa. E muitas vezes curiosa.

O marco temporal e espacial desse trabalho, devido à escassez de pesquisa sobre “flutuações” nas percepções de cor e raça no Rio Grande do Sul, especificamente no século XIX, abarcam as principais pesquisas sobre o vínculo entre cor e classe social no Brasil, entre os séculos XVIII e XX. Entre os principais trabalhos estão as obras de Regina Xavier, Silvia Hunold Lara, Gabriel Aladrén, Mário Maestri, Marvin Harris e Antonio S. A. Guimarães. Regina Xavier em seu artigo *Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início*

do século XX faz um importante levantamento dos principais autores que trabalharam os aspectos sociais das questões de raça e cor no Brasil e no mundo, criando uma base histórica para trabalhar o tema do vínculo entre o racismo no Brasil e suas origens no mundo da escravidão. Com este trabalho, Xavier cria um conciso, porém rico, panorama da evolução dos estudos feitos acerca do tema, ao mesmo tempo em que demonstra a evolução das visões do “outro” – com as designações de cor e suas flutuações - no mundo escravista até as teorias raciais surgidas no fim do século XIX.

Lara, no capítulo de sua obra *Fragmentos Setecentistas* intitulado *A Multidão de Pretos e Mulatos*, analisa a partir da expressão que dá nome ao capítulo - proferida por um oficial francês que desembarcou no porto do Rio de Janeiro em 1748 - as oscilações nas classificações de cor na documentação oficial que, muitas vezes, tendiam à ambigüidade; analisa também as relações entre riqueza, posição social e variação nos registros de cor. Este trabalho enseja uma primeira problematização das designações de cor (negros, mulatos, cafuzos, etc) já no século XVIII, permitindo, através de detalhados exemplos, um vislumbre da ótica pela qual a população “negra” era vista pelos brancos do período. O trabalho de Lara vai ao encontro da dissertação de mestrado de Gabriel Aladrén, *Liberdades negras nas paragens do sul: alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre (1800-1835)*, que por sua vez analisa os padrões de alforria e os modos de inserção social de libertos na sociedade porto alegreense. De grande importância para o presente trabalho, porém, é a análise que o autor faz das designações de cor na primeira metade do século XIX, em especial a abordagem feita sobre a questão indígena da província e as ocorrências de inserções de nativos ao mundo da escravidão.

Mário Maestri no artigo intitulado *História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006* analisa a exclusão dos cativos nas representações historiográficas no Império e na República através da evolução das percepções e teorizações sobre a inferioridade negra ao longo do tempo. Criando uma linha evolutiva dos principais trabalhos que buscaram problematizar as origens do mito da superioridade branca no sul do Brasil, incluindo contemporâneos do período estudado, como Saint-Hilaire, o autor analisa o modo de inserção dos cativos na província e a existência de uma hierarquia racial baseada na cor da pele.

Já Marvin Harris em seu livro *Padrões Raciais nas Américas*, estudando o interior da Bahia, identifica a forte associação entre cor e sucesso social no caso brasileiro e suas origens no sistema escravista português, sempre contrapondo com os outros sistemas paralelos, como o do Altiplano e o da América do Norte. Dessa forma, também através de exemplos esclare-

cedores e pesquisas, demonstra que, ao contrário dos outros sistemas, o caso brasileiro desenvolveu a peculiaridade de uma “flutuação” nas designações de cores que estão sempre associadas a padrões sócio-culturais.

Em uma linha de raciocínio semelhante segue Antonio S. A. Guimarães, no livro *Racismo e Anti-racismo no Brasil*, que aprofunda estas questões ao analisar as particularidades do racismo brasileiro e da polêmica definição de raça, que para o autor nada mais é do que um conceito socialmente construído e válido no sentido de avaliar a forma como os diferentes grupos sociais se percebem. Dessa forma, Guimarães também encontra, dentre estas particularidades, uma complexidade na percepção de cor e raça no Brasil e seu vínculo com elementos como posição social, postura, riqueza e até mesmo contexto.

Após esta parte inicial, o recorte temporal e espacial adota contornos mais definidos e se situa em torno do período que vai do início da Guerra civil na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1835 até seu fim em 1845, aprofundando-se no acontecimento no Cerro de Porongos em 14 de Novembro de 1844. Nesse recorte, este trabalho buscará, baseado em evidências, compreender o mais possível a formação das forças farroupilhas ao final da guerra, especialmente no acampamento em Porongos. O objetivo é o de esclarecer se a Infantaria, arma sobre a qual caiu inicialmente o ataque de Chico Pedro, um dos principais cavaleiros de Caxias e mais conhecido como Moringue, era de fato conformada somente de negros libertos ou se estes eram uma maioria ao lado de índios e brancos pobres. Este último dado é sugerido por diversos documentos e testemunhos e conduz a pesquisa para um problema em especial: a raiz das principais discordâncias e polêmicas em torno do tema do “Massacre de Porongos” não está possivelmente associada a uma subjetividade na percepção racial, de cor e de classe das testemunhas do evento?

O trabalho foi dividido em três partes principais, portanto. O primeiro capítulo objetiva interpretar a controvérsia como um todo sob a luz dos autores supracitados, buscando compreender a complexidade social na qual aquele acontecimento nefasto tomou forma. Nessa lógica, se tentará entender os mecanismos por trás das percepções raciais no Brasil e como o fato daqueles homens estarem situados em um acampamento rebelde, numa arma de pouco ou nenhum prestígio, cercados de indivíduos considerados da “pior estirpe”, podem ter visto seus respectivos status oscilarem de forma a verem-se “enegrecidos” tanto em relação à cor epidérmica quanto ao próprio caráter.

No segundo capítulo são discutidas as principais obras historiográficas e suas visões sobre Porongos. Nessa segunda etapa, o presente trabalho buscará demonstrar as nítidas contradições entre os principais debatedores. A principal delas e que receberá atenção especial será em relação ao desfecho do combate de Porongos em 1844, particularmente quanto à arma atacada e às descrições da cor dos mortos conforme testemunhas. A importância desse capítulo é mais do que encontrar fatos concretos ou uma verdade que dissolva as animosidades geradas pelas diferentes interpretações acerca dos acontecimentos, mas são justamente as contradições em si que se mostram relevantes.

O terceiro capítulo foca a questão das armas de infantaria e cavalaria no exército rebelde, com base nos dados levantados já no capítulo anterior. Levando-se em conta a verificação de que a documentação sugere fortemente que as vítimas do massacre no acampamento farrapo eram praças da arma de infantaria, busca-se analisar a importância da infantaria na visão estratégica do século XIX e como ela era interpretada pelos líderes cavalarianos rio-grandenses. Desse modo, tentaremos constatar como eram os procedimentos de recrutamento, quais valores agiam por trás desses processos e como todos estes elementos interferiram na forma de perceber aquela força tão infamada.

Finalmente, é importante deixar claro que este trabalho é, antes de mais nada, um exercício nos estudos de escravidão no Rio Grande do Sul. Muito da expectativa em relação às fontes foi frustrada, tanto por falta de tempo de pesquisa nos grandes acervos, mas também pela aparente falta de clareza das fontes quanto a certos aspectos da participação de escravos e outros indivíduos nas hostes farroupilhas. Este trabalho também sofreu com a falta de estudos de raça, cor e classes sociais no Rio Grande do Sul especificamente. Portanto, cabe lembrar que esta é a primeira experiência do autor em pesquisa desse porte, não havendo nenhuma pretensão maior do que o exercício argumentativo e o aprendizado.

## Capítulo 1: Cor e classe social

Para melhor embasar este capítulo, trabalharemos com o conceito de “raça” defendido por Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. O autor de *Racismo e Anti-racismo no Brasil* define o conceito da seguinte forma:

“Raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural. Trata-se, ao contrário, de um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social [...] [Não obstante] tal conceito tem uma realidade social plena [...] <sup>2</sup>

Seguindo pela mesma linha teórica dessa definição, também será levada em conta a noção de que a própria cor e os traços fenotípicos não são algo natural e evidente por si só, mas uma construção social com vista a uma subordinação de um grupo pelo outro. Henry Louis Gates sintetizou perfeitamente esta idéia:

Necessita-se de pouca reflexão, contudo, para se reconhecer que essas categorias pseudocientíficas são, elas próprias, imagens. Quem já viu realmente uma pessoa preta ou vermelha, uma pessoa branca, amarela ou marrom? Esses termos são construções arbitrárias, não registros de uma realidade [...] <sup>3</sup>

Deve-se contextualizar também a forma com que “raça” - isto é, a “cor” -, o status e a classe social estão intimamente ligados entre si dentro de uma ordem oligárquica. Como Suzanne Oboler escreve, “como resultado da miscigenação extensiva corrente nas colônias, as classificações raciais, o status social e a honra evoluíram para um arranjo hierárquico que Lipschütz chamou de ‘pigmentocracia’” <sup>4</sup>. Essa hierarquização social, no Brasil, está fundamentada sobre as dicotomias elite/povo e brancos/negros, que sustentaram a ordem escravocrata e que se “reforçam mútua, simbólica e materialmente” <sup>5</sup>.

Para tentar compreender a controvérsia centenária levantada a partir das diversas descrições sobre Porongos, trabalharemos com a hipótese de que, parte do problema se encontra numa possível diferença de interpretações de raças e cores, tanto por contemporâneos, como pelas gerações posteriores. Verificar-se-á alguns estudos feitos sobre o tema da “flutuação de cor” na percepção dos observadores em três séculos diferentes: XVIII, XIX e XX. Com base

<sup>2</sup> GUIMARÃES, Antonio S. A. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 1999, p.9.

<sup>3</sup> GATES apud GUIMARÃES, 1999, p. 45.

<sup>4</sup> OBOLER apud GUIMARÃES, 1999 p. 46.

<sup>5</sup> Id., p.46.

nesses dados, se buscará compreender o episódio de 14 de novembro ocorrido no Cerro de Porongos através da desconstrução dos discursos vigentes.

### 1.1 População e relações de poder na Província no século XIX

Muitos estudos têm sido feitos para melhor compreender as dinâmicas das diferentes classificações raciais vigentes no Brasil colonial e imperial. Para Regina Xavier, por exemplo, “cor, características físicas, origem étnica, entre outros aspectos, constituíam elementos classificatórios importantes, que informaram os conflitos em torno da definição das hierarquias raciais”<sup>6</sup>. A autora, ao mencionar o trabalho de J.H. Sweet, que encontra classificações raciais já no contexto ibérico do século XV, aponta que “a cor e a raça eram elementos essenciais às relações de poder”. Relação esta de extrema importância na manutenção de um sistema escravista que, no caso do Rio Grande do Sul, em 1780, já contava com 30% de sua população formada por escravos.

Quanto a este aspecto, Margaret Bakos<sup>7</sup> detalha o crescimento da população escrava entre 1814 e 1858 em relação à população livre: “Estes dados, por exemplo, revelam que o número de escravos negros mais do que triplica no período de 1814 a 1858, o mesmo ocorrendo com relação ao total da população”. Quanto à falta de dados para o período da guerra civil (1835-45), ela explica: “Deduz-se que as perdas da escravaria nas guerras são repostas através dos nascimentos e do tráfico negreiro, fato que atesta a importância do escravo na economia regional [...]”. A autora calcula que a população escrava negra, no período estudado, era de quase ¼ da população total da província.

A proporção de escravos era tal, que, levando em conta os maus tratos que os negros em geral sofriam, Arsène Isabelle admirava-se que não havia uma grande revolta contra os senhores brancos<sup>8</sup>. Nicolau Dreys, por outro lado, reconhece um desejo vago de liberdade nos cativos rio-grandenses, mas que o potencial de repressão desenvolvido pelos brancos inibia qualquer impulso que os tirasse da prostração<sup>9</sup>. Independentemente dessas interpretações de contemporâneos, há diversos registros de reações, crimes, formação de quilombos e outras

---

<sup>6</sup> XAVIER, Regina C. L. *Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX*. Curitiba, 2009, p.3. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivenccontro/pdfs/comunicacoes/ReginaXavier.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2011. p.3.

<sup>7</sup> BAKOS, Margaret M. *A escravidão negra e os farroupilhas*. In: DACANAL, José H (Org.). *A Revolução Farroupilha: História e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p.81-82.

<sup>8</sup> ISABELLE, Arsène apud FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha: Traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre: Est Edições, 2004, p.41.

<sup>9</sup> DREYS, Nicolau apud FLORES, Ibid., p.41

formas de resistência, especialmente durante os anos de guerra, como nos mostram, por exemplo, notícias do jornal *O Povo* de 22.05.1839<sup>10</sup>, onde um grupo de 17 escravos teriam atacado um comboio de um comerciante de nome Pedro, degolando dois homens e roubando as carretas. O bando acabou sendo vencido por um sargento e cinco cidadãos, mas não sem resistência. Alguns agrupamentos de escravos, aparentemente aproveitando a situação belicosa na província no período de 1835 a 1845, formavam grupos armados para atingir seus fins, fossem quais fossem. Em 15 de agosto de 1835, um grupo de “quilombolas” assassinou vítimas inocentes no distrito de Triunfo, como relatou Luís José Ribeiro Barreto ao então deputado provincial Domingos José de Almeida<sup>11</sup>.

Muitas vezes os grupos armados e criminosos em geral eram parados pelas forças policiais ou militares. Outras vezes, porém, a força dos bandos armados era tal, que nada podia ser feito, como relata o juiz de paz do 4º distrito de Pelotas em 24 de junho de 1836, ao descrever as crueldades a que estavam expostas as famílias de N. Sra. de Conceição do Boqueirão quando um grupo de vinte “negros quilombeiros” saquearam a região, conseguindo evadir-se sem terem qualquer oposição<sup>12</sup>. É possível levantar a hipótese, dado o armamento descrito em alguns casos, somado ao fato de que alguns grupos agiam a cavalo<sup>13</sup>, que um número não desprezível desses bandos fosse formado por desertores negros tanto rebeldes quanto legalistas. Porém, tal possibilidade não pôde ser verificada para o atual trabalho. Não obstante, é possível pensar que tais ataques pudessem ser enquadrados perfeitamente em estratégias de sobrevivência em tempos de guerra por grupos com um mínimo de experiência militar<sup>14</sup>.

Mas não só os negros eram alvos dos temores e críticas. A população de baixa (ou nenhuma) renda era incluída naquela massa considerada como a ralé das províncias. L.S. Vilhena, ao descrever a população da Bahia setecentista, por exemplo, observa que “a duração dos tempos tem feito sensível confusão entre nobre e abjetos plebeus”, ficando chocado com a quantidade dessas pessoas que ostentavam genealogias forjadas, ricos trajes e grandes séquitos, para parecerem mais ilustres do que eram<sup>15</sup>.

---

<sup>10</sup> FLORES, *Ibid.*, p.43

<sup>11</sup> Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Porto Alegre, 1983, v.4, CV-2484, p.310.

<sup>12</sup> Anais do AHRGS v.6, CV-3597, p.339.

<sup>13</sup> Anais do AHRGS v.5, CV-2931, p.179.

<sup>14</sup> BAKOS, *op. cit.*, p.91

<sup>15</sup> LARA, Silvia H. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.168.

Todas as ações tomadas por não-brancos eram vistas com desconfiança pela elite branca. Desconfiança esta motivada especialmente por causa da rebelião haitiana e pela revolta dos Alfaiates, que gerou um temor senhorial por qualquer ajuntamento de escravos, como relatou Vilhena<sup>16</sup>. Por esse viés, a população negra, em geral, era vista como “um corpo uno e hostil”<sup>17</sup>. Cruzando esse dado com as informações que serão analisadas acerca da infantaria farrapa, como um corpo formado por indesejados, de maioria negra, podemos começar a visualizar que efeito esse tipo de predisposição perceptiva causou na imagem de um agrupamento de homens “da pior espécie”, mal vestidos (quando vestidos) e de “maus vícios”.

## 1.2 Variantes sócio-cromáticas

Importa, para entender as mecânicas de classificação racial, compreender primeiramente a dinâmica social na qual o escravo estava inserido. Mário Maestri, ao estudar o fenômeno de esquecimento histórico do trabalho escravo no Rio Grande do Sul, afirma que:

Não foi idêntico o processo de inserção dos diferentes grupos étnicos na sociedade sulina. Em forma geral, alguns grupos chegaram ao Sul como colonizadores e dominadores, outros foram colonizados e escravizados. No ápice da pirâmide social colonial, localizavam-se os grandes proprietários de terras e de cativos. Eles eram habitualmente *brancos* e não raro portugueses natos. No sopé, encontravam-se os cativos *crioulos* e *africanos*. Entre os dois pólos, o *branco*, racialmente ‘excelente’, e o *negro*, etnicamente ‘degradante’, conhecia-se toda uma graduação racial policrômica. O caráter dominante da produção escravista determinava a desqualificação étnica do africano e do afro-descendente e a valorização do europeu. O nativo conheceu igualmente desqualificação essencial nascida das necessidades da expropriação das suas terras e força de trabalho<sup>18</sup>.

Essa hierarquização epidérmica do mundo escravista definia e limitava a dinâmica social brasileira colonial e imperial. Desta forma, qualquer pessoa que não fosse branca e com bens, seria encaixada em qualquer outra designação da “graduação racial policrômica” descrita por Maestri, sendo a condição de “negro” a mais baixa possível. A questão é que este ato de ser encaixado ou encaixar-se não era tão simples ou evidente como se pode inferir. Nem tão inflexível, como constata, dentre outros, Gabriel Aladrén. Ao analisar um trabalho de Gladys Sabina Ribeiro sobre os conflitos entre negros, pardos, brasileiros e portugueses no contexto da Independência, o autor observa que pretos e pardos, crioulos e africanos, lutavam juntos, associando uma identidade racial à situação de classe. Ele afirma, então, que “essa

<sup>16</sup> VILHENA apud LARA, Ibid., p.162

<sup>17</sup> LARA, Ibid., p.157

<sup>18</sup> MAESTRI, Mario. *História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006*. In: LECHINI, Gladys (Org.). *Los estudios afroamericanos y africanos en America Latina: Herencia, presencia y visiones del outro*. Córdoba: CLACSO, Coediciones, 2008, p.55.

constatação é sugestiva e impõe a reflexão sobre as diversas formas através das quais a construção das identidades raciais e de classe vinculavam-se e podiam variar, no tempo e no espaço”<sup>19</sup>.

Aladrén ressalta que os designativos de cor no Brasil escravista não estão relacionados apenas com o fenótipo, mas também com a condição social dos indivíduos. Da mesma forma, Russel Wood nota que a cor de uma pessoa está diretamente ligada a outros fatores ainda, como riqueza ou até mesmo comportamento<sup>20</sup>. Analisando o *Vocabulario portuguez e latino*, de 1712, do Padre D. Raphael Bluteau, no verbete “branco”, Gabriel Aladrén verifica que homem branco era todo aquele “bem nascido, & que até na cor se diferenciava dos escravos, que de ordinário, são pretos, ou mulatos”<sup>21</sup>. Para o autor, “apesar de [Bluteau] opor diretamente a condição de homem branco à de escravo, não era essa a única – nem a principal (*até na cor*) – característica que os apartava, recaindo o âmago dessa distinção no nascimento (*bem nascido*)”. Tomando a definição de Bluteau como um paradigma do pensamento racial do século XVI, é possível, portanto, num exercício de lógica, se questionar se todo aquele *mal nascido* (incluindo um caucasiano pobre), por definição, deixa de ser considerado “branco”. Evidentemente, nenhuma definição, na prática, é tão inflexível assim. Mas, se permitindo fazer uso do “ato falho” do padre, podemos ir mais a fundo na análise dos designativos de cor, englobando também “aqueles que não têm cor”, ou seja, os brancos<sup>22</sup>.

Silvia Hunold Lara, em seu livro *Fragmentos Setecentistas*, expõe as variações classificatórias de raça e cor na documentação do Brasil colonial do século XVII:

Durante todo o período colonial, os registros indicam ter havido grande flutuação de significados para palavras que apontam critérios classificatórios baseados na cor ou na mestiçagem [...] [e que os termos] podiam ser também empregados de forma bastante ambígua, designando sucessivamente uma mesma pessoa<sup>23</sup>.

A autora observa que as oscilações na documentação ocorriam, em sua maioria, entre negros e pardos. Porém, ressalta que algumas vezes ocorriam fora desse universo, fazendo com que uma mesma pessoa fosse considerada ora branca, ora mulata:

<sup>19</sup> ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul. Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. 2008, 196f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008\\_ALADRÉN\\_Gabriel-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_ALADRÉN_Gabriel-S.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2011, p. 109.

<sup>20</sup> WOOD apud ALADRÉN, *Ibid.*, p.112.

<sup>21</sup> BLUTEAU apud ALADRÉN, *Ibid.*, p.115.

<sup>22</sup> ALADRÉN, *Ibid.*, p.115.

<sup>23</sup> LARA, op. cit., p.143.

É o caso, por exemplo, de um homem que permaneceu preso na cadeia de Salvador por dois anos. Em 1785 ele reclamou ao ouvidor-geral do crime sobre sua situação, identificando-se como Gonçalo de Jesus, “homem pardo forro”, que lá estava preso por uma falsa denúncia de bigamia. Várias certidões foram ajuntadas ao processo, sem que se conseguisse determinar se ele se chamava Gonçalo de Jesus, Gonçalo da Silva ou Gonçalo Francisco da Silva, se era branco ou pardo e se tinha ou não alguma culpa no cartório...<sup>24</sup>

Outro caso ainda, relatado por Aladrén e ocorrido em Porto Alegre no ano de 1828, onde Tomé Vitorino é acusado de “ter forçado mulher branca, de nação alemã”, nota-se como uma mesma pessoa pode ser classificada de até quatro formas diferentes:

No auto de prisão, foi assim descrito: “me foi apresentado o réu preso Tomé Vitorino, o qual é cabra [...] filho de Vitorino pardo e da preta Quitéria” [...] Outro detalhe interessante é que as testemunhas referem-se ao réu como preto ou crioulo. Enviado para a cadeia pública, o carcereiro o identifica como crioulo forro. No acórdão da Junta de Justiça, Tomé é identificado inicialmente como pardo forro [...] <sup>25</sup>

Para o autor, esse caso demonstra claramente a complexidade da designação de cores no Brasil colonial. Porém, tal complexidade não se aplica somente aos descendentes de africanos, mas também aos descendentes de indígenas. É mencionado o peão Antônio cabra, que é identificado como índio por uma das testemunhas de um processo em andamento<sup>26</sup>. Porém, como Bluteau define em seu *Vocabulario*, cabra pode ser assim definido: “Deram os portugueses este nome a alguns índios, porque os acharam ruminando, como cabras, a erva Betel, que quase sempre trazem na boca”<sup>27</sup>. Portanto, o mesmo termo pode ser empregado a índios ou a um descendente de um pardo com uma preta, por exemplo<sup>28</sup>.

Como havia especificidades semelhantes no tratamento dispensado a escravos e indígenas nas tropas farroupilhas, cabe aqui um aprofundamento sobre as possibilidades de que as fronteiras de cor na hierarquização policromática da sociedade do XIX em certos momentos tenham se sobreposto, criando percepções confusas quanto às etnias observadas nos diferentes corpos militares.

---

<sup>24</sup> LARA, *Ibid.*, p. 143.

<sup>25</sup> ALARDÉN, *op. cit.*, p.124.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p.127

<sup>27</sup> *Ibid.*, *loc. cit.* p. 127

<sup>28</sup> *Ibid.*, p.124

### 1.3 O caso dos “Indígenas pardos”

De grande relevância, quanto aos indígenas, são as informações trazidas por John Monteiro que verifica a complexidade de classificações para indígenas ao estudar a formação social de São Paulo entre os séculos XVI e XVIII:

Ao longo do século XVII, a escravidão indígena produziu uma terminologia rica e variada, que é testemunha não só da diversidade étnica, racial e ocupacional da população local, como também do complexo processo histórico envolvido na formação desta. De modo geral, devido a restrições legais para o cativo indígena, os colonos procuravam evitar termos como escravo ou cativo, embora ambos apareçam tanto em correspondência particular quanto em documentação pública. Até os últimos anos do século XVII, o termo preferido em alusão a índios era negro, sendo que este cedeu lugar a outros termos em decorrência de uma crescente presença de africanos nos plantéis paulistas. Assim, surgiram expressões como: gentio do cabelo corredio, administrados (em deferência à carta régia de 1696), servos, pardos e, finalmente, carijós.<sup>29</sup>

A proibição à escravidão indígena estava entre as principais medidas tomadas pelo Marquês de Pombal em sua política indigenista. Em geral, essa política buscava integrar os indígenas à sociedade colonial, tornando-os vassalos do Rei. Na prática, porém, essas medidas encontraram muitos obstáculos entre parcela da população<sup>30</sup>. Elisa Garcia, ao estudar a Aldeia dos Anjos, notou que os colonos tendiam a se apegar à visão de mundo que marcava uma profunda distinção entre brancos e aqueles que possuíam a “mancha de sangue”, notadamente índios e negros<sup>31</sup>. Não sobrava, portanto, muitas formas de integração social nesse contexto. Uma das mais estudadas é a da diluição da identidade indígena via casamentos com lusitanos, fazendo com que passassem a ser designados, eles também, como brancos; ou ainda manter sua identidade indígena, mas reelaborada. Mas havia também outro caminho: “A integração dos indígenas como pardos ou forros em um processo que os aproximava do mundo da escravidão<sup>32</sup>”.

Este fenômeno de indígenas designados como pardos, aparentemente, era mais comum do que se pode supor. Um estudo esclarecedor é o de Martha Hameister, que constatou que uma parte significativa dos condutores de gado do início do século XVIII era designada como parda. Porém, ao fazer uma referência genérica a róis de confessados e autos de casa-

<sup>29</sup> MONTEIRO apud ALADRÉN, *Ibid.*, p.129.

<sup>30</sup> ALADRÉN, *Ibid.*, p.130.

<sup>31</sup> GARCIA apud ALADRÉN, *Ibid.*, p.130.

<sup>32</sup> ALADRÉN, *Ibid.*, p.131.

mentos, encontra indícios de que aqueles pardos eram também indígenas administrados juntamente com ex-escravos e descendentes<sup>33</sup>.

Outro tipo de indício é encontrado por Luís Augusto Farinatti, que, estudando as características e categorias ocupacionais dos peões na fronteira oeste sul rio-grandense em meados do século XIX, nota um incremento da relação de pardos na documentação estudada, simultaneamente com uma diminuição da relação de indígenas. O autor levanta a hipótese de que, juntamente com um impacto na população nativa, não se pode descartar a possibilidade de um aumento no número de indígenas designados como pardos<sup>34</sup>. Gabriel Aladrén conclui que essa oscilação nas designações era uma estratégia usada pelos senhores para aproximar os indígenas do mundo da escravidão através da categoria pardo, possibilitando mantê-los como cativos.

Esta conclusão pode ser exemplificada de forma indireta por um caso mencionado por Russel-Wood, em que, Agostinho Pereira, canarim nascido em Goa, indo para Minas Gerais, teria sido vendido como escravo. Após cerca de quarenta anos, conseguiu provar sua liberdade, em 1765, “depois de uma ‘inspeção visual’ feita pelo próprio governador da capitania, que considerou ter ele ‘cabelo corredio’ e merecer, portanto o benefício da liberdade dado aos ‘índios ocidentais’”<sup>35</sup>. Aladrén lembra que não existem pesquisas que abordem especificamente a redução de indígenas à escravidão por via da mudança do designativo de cor, entretanto, como se nota no exemplo de Agostinho Pereira, ficam evidentes indícios de que esse tipo de prática não devia ser incomum.

Outro caso que, juntamente com os anteriores, permite que visualizemos uma dinâmica social complexa e com fronteiras raciais indefinidas é o do índio Lourenço Guardia. É possível verificar que, mesmo às portas da eclosão do conflito de 1835, tais flutuações de cor/raça ocorriam dependendo de fatores diversos:

Entre 1826 e 1828, o índio Lourenço Guardia esteve encarcerado com a justiça, sendo réu de dois processos criminais. Em 1826, foi acusado de ter “forçado” uma mulher em Santo Antônio da Patrulha, além de ter roubado um chapéu e algumas patacas. Na abertura do auto de devassa, realizado em Santo Antonio da Patrulha [sic] logo após o crime, Lourenço é qualificado de índio. Essa mesma designação é utilizada na abertura do processo na Junta de Justiça de Porto Alegre, no dia 14 de agosto de 1827. Todas as testemunhas se referem ao réu como índio. Nas razões de seu advogado, fica-se sabendo que Lourenço era “indígena da margem ocidental do U-

---

<sup>33</sup> Ibid., p.133.

<sup>34</sup> FARINATTI apud ALADRÉN, Ibid., p. 135.

<sup>35</sup> LARA, Ibid., p.146.

ruguai, de nação Guarani, há pouco tempo que veio prisioneiro para esta província, e ainda ignora o idioma português, devendo por isso ser interrogado por intérprete”. Ao fim e ao cabo, ele foi condenado a dois anos de galés e trabalhos nas obras públicas da província.

Enviado para Santo Antônio da Patrulha para cumprir pena [...] Lourenço viu-se às voltas com a justiça mais uma vez. Em 1828, foi acusado de ter dado umas facadas em Eduardo José, de nação alemã. Neste processo, ainda que as testemunhas tenham se referido a ele ora como índio, ora como pardo, ele foi qualificado de pardo, ou pardo forro, na devassa, no auto de prisão e também no auto de perguntas.<sup>36</sup>

Também nota-se a diferença entre as perguntas feitas ao réu no primeiro processo em relação ao segundo. A mais relevante é que, no segundo processo, o juiz pergunta, ao fim, se Lourenço era “liberto ou cativo”, sendo que o réu responde liberto. A descrição do réu também muda sensivelmente entre os dois processos. Quando foi designado como índio, foi descrito como “índio, de estatura alta, rosto comprido, olhos pardos, barba cerrada, natural do Arroio da China, nação espanhola, solteiro, de idade quarenta anos, que vive de serviço braçal”. Quando designado como pardo, a descrição adota a mesma conduta tomada com negros:

Lourenço pardo, natural do distrito do Arroio da China, província de Buenos Aires, de idade a seu ver mais ou menos de trinta e tantos anos, de estatura mais que ordinária, delgado, rosto comprido, cabelos grenhos e pretos, de uma polegada d’altura, olhos pretos e algum tanto redondos, nariz quase afilado, sobrancelhas pretas cerradas, barba cerrada e preta, boca regular, beiços algum tanto médios e cor de bronze.<sup>37</sup>

Uma das formas de se interpretar essa situação é que a mudança de contextos entre os dois crimes pode ter influenciado na designação de cor. Portanto, em um crime que pode ter sido interpretado como menos grave, como foi o primeiro, ele seria percebido pela justiça como um índio de nação Guarani, sem maiores conseqüências. No entanto, em um crime considerado mais grave, onde teria desferido facadas em um indivíduo de nação alemã, houve um “enegrecimento” de Lourenço, onde todo o procedimento dos autos se assemelhou àqueles usados nos casos envolvendo libertos e escravos. De qualquer forma, Sabe-se pela documentação que, enquanto o Lourenço de nação guarani foi punido em dois anos de galés, o Lourenço pardo recebe dez anos de serviços públicos. Fica em aberto se a punição mais pesada foi pela gravidade do crime ou se a gravidade do crime foi pelo fato de ser, então, pardo.

Esta interpretação é uma das chaves para compreender a situação da infamada infantaria farrapa. Devido aos procedimentos de recrutamento – de indivíduos da mais baixa estirpe – somados com a prévia visão negativa dos rio-grandenses sobre esta arma – como será visto no terceiro capítulo – e à presença heterogênea de raças e cores numa tropa constantemente

<sup>36</sup> ALADRÉN, *Ibid.*, p.131-132.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p.132.

mal equipada e vestida, imagina-se um contexto ainda mais degradante do que o vivenciado por Lourenço em seu segundo crime. Fica mais claro, por esse viés, a existência de um processo de enegrecimento de indivíduos em relação, não só às condições sociais, comportamentais e econômicas, mas também ao próprio contexto em que se é observado.

#### 1.4 Os processos do enegrecimento

Percebe-se que a lógica racista, tanto embasada no senso comum, como em uma pseudociência, funciona por um viés essencialista onde se atribui essências superiores ao grupo de pertença e inferiores a outros grupos (exo-grupo) <sup>38</sup>. Dessa forma, e também baseados na noção de hierarquização epidérmica de Mario Maestri, podemos notar nessa graduação entre negros e brancos uma infra-humanização crescente na medida em que um indivíduo se aproxima da categoria “negro”. Um exemplo clássico, fora do contexto da escravidão, dessa lógica é o caso do tratamento despendido aos judeus na Segunda Guerra Mundial, onde foram sistematicamente classificados e rotulados em categorias subumanas como “raça inferior” ou “animais” ao lado de outros grupos sociais, permitindo, nesse processo, uma dessensibilização e as conseqüentes violações dos direitos.

Paralelamente a essa infra-humanização e à graduação policrômica de Maestri, pode-se adicionar uma graduação de caráter, indo do “branco”, o mais puro, ao “negro”, o mais vil. Portanto, na medida em que um indivíduo é inserido numa graduação diferente da cor branca, ele passa automaticamente a ser visto com mais desconfiança e até mesmo temor.

Este aspecto vai ao encontro da ocorrência de uma categorização supra-humana, onde os indivíduos agora passam a ser percebidos como “demônios”, “monstros” dentre outros rótulos<sup>39</sup>. Pode-se, entretanto, inferir que, em muitas ocasiões, as duas formas de categorização se cruzem, criando o imaginário onde um indivíduo ou grupo social é inferior, mas simultaneamente perigoso. Não é difícil imaginar que, no caso estudado, indivíduos negros ou enegrecidos, considerados social e biologicamente inferiores, servindo em uma arma inferior com treinamento militar e experiência em guerrilhas, situavam-se, muito provavelmente, exatamente no cruzamento destas categorizações.

---

<sup>38</sup> LIMA, Marcus Eugênio O.; VALA, Jorge. *A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil*. Psicol. USP, São Paulo, v. 16, n. 3, set. 2005. Disponível em <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51772005000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772005000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 nov. 2011, p.144.

<sup>39</sup> Ibid., p. 145.

Para Marcus Lima e Jorge Vala, o racismo no Brasil é permeado pela noção de “branqueamento”, que por sua vez é “o conjunto de normas, valores e atitudes, associados aos ‘brancos’, que as pessoas não brancas adotam ou incorporam a fim de assemelhar-se ao modelo ‘branco’ dominante e, assim, construir uma identidade racial positiva”<sup>40</sup>. Esse branqueamento funciona também como forma de discriminação social, relacionando, como outros autores o fizeram, a cor negra com o fracasso social e a branca com o sucesso. Em suma, o fracasso social em geral produz o enegrecimento ou empardecimento do indivíduo.

Sérgio Adorno verificou que a flutuação de cor ainda persiste na percepção da população brasileira. Ao analisar os Boletins de Ocorrência (BOs) de crimes violentos na década de 90 em São Paulo, notou que, no decurso do caso, um réu podia mudar de cor, de forma semelhante com os casos analisados por Silvia Lara ocorridos ainda no século XVII. Assim, quando um réu era progressivamente inocentado, os BOs passavam a registrar o indivíduo como branco ou moreno claro, e se evidências de culpabilidade se mostravam, os BOs passavam agora a registrar o mesmo indivíduo como moreno escuro ou negro<sup>41</sup>.

Marvin Harris, ao analisar os casos de designações de cor no interior da Bahia também no século XX, e comparando com os casos dos Estados Unidos e do Altiplano, nota que as diversas categorias se encontram entrosadas, permitindo oscilações de percepção de cor que, para ele, dão conta da complexidade dos processos hereditários mais adequadamente do que nos outros casos estudados<sup>42</sup>. O autor salienta como notável o fato de que, nos diversos casos estudados da Bahia, os progenitores e filhos, ou até mesmo irmãos e irmãs, são frequentemente designados em categorias raciais inteiramente opostas. Ele cita, por exemplo, uma pesquisa sob sua supervisão numa vila de pescadores da Bahia, em que uma quantidade de 100 vizinhos e parentes analisaram as fotografias de três irmãs consangüíneas e lhes pediu que identificassem a raça delas. O resultado é que apenas em seis respostas as irmãs foram identificadas como da mesma raça, enquanto as outras respostas tenderam a ver as duas irmãs mais velhas como de uma raça diferente da mais nova<sup>43</sup>.

Harris ressalta que no Brasil, diferentemente dos casos dos Estados Unidos e do Altiplano, a transição da designação de cor ocorre muito mais facilmente, guardadas as devidas

---

<sup>40</sup> PIZA apud LIMA; VALA, *Ibid.*, p.149.

<sup>41</sup> ADORNO apud LIMA; VALA, *Ibid.*, p.149-150.

<sup>42</sup> HARRIS, Marvin. *O Padrão Brasileiro*. In: *Padrões raciais nas Américas*. Tradução Maria Lúiza Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967, p.89.

<sup>43</sup> HARRIS, *Ibid.*, p.90.

proporções, bastando que os indivíduos obtenham êxito financeiro e/ou formação em nível superior. E é justamente esta a lógica da famosa idéia de que “o dinheiro branqueia”. Para o autor, portanto, as designações de cor no Brasil atuam de forma muito diversa e complexa daquelas encontradas em outras regiões:

Na realidade isso significa que não há grupos sociais brasileiros subjetivamente significativos baseados exclusivamente no critério racial. Os termos prêto e branco poderiam denotar segmentos bem definidos da população apenas para um antropólogo físico. Na dinâmica real da vida quotidiana as relações entre superiores e subordinados são determinadas pela interação de vários níveis sociais atingidos ou delegados, dos quais a raça é um elemento importante, porém não decisivo [...] <sup>44</sup>

Em obra posterior, estudando a relação entre raça e performance social na mesma região, Harris cria o seguinte esquema para resumir as designações de cor no caso brasileiro:

*Um negro é qualquer um dos seguintes:*

Um branco muito pobre

Um mulato muito pobre

Um mulato pobre

Um negro muito pobre

Um negro pobre

Um negro medianamente rico

*Um branco é qualquer um dos seguintes:*

Um branco muito rico

Um branco medianamente rico

Um branco pobre

Um mulato muito rico

Um mulato medianamente rico

Um negro muito rico <sup>45</sup>

Este esquema vai perfeitamente ao encontro das conclusões de Thales de Azevedo acerca da sobreposição de duas hierarquias existentes no Brasil, remanescentes da ordem escravista: “a primeira, uma ordem econômica de classes sociais [...]; a segunda, uma ordem bipolar de status e prestígio, demarcada sobretudo por marcas adscritas como ‘cor’ e origem familiar”<sup>46</sup>. Para Azevedo, portanto, a designação “branco” englobava tanto os brancos ricos como também a classe média mestiça e/ou letrada. Já a designação “preto”, se referia aos pobres iletrados em geral, incluindo brancos. Dessa forma, Azevedo demonstra, juntamente com os outros autores, uma mecânica existente na sociedade brasileira, mas originada já na ordem escravista e estudada neste trabalho: a de que as designações de cores não se referem a denominações biológicas, mas a grupos de prestígio.

<sup>44</sup> HARRIS, *Ibid.*, p.93-94.

<sup>45</sup> HARRIS apud LIMA; VALA, *op. cit.*, p.150.

<sup>46</sup> AZEVEDO apud GUIMARÃES, *op. cit.*, p.119-120.

Conclui-se, portanto, que as designações de cor no Brasil, nas mais variadas épocas são encontradas tanto na documentação criminal dos séculos XVII ao XX, como em descrições de tipos populacionais e, ao que tudo indica, na nefasta imagem de um campo de batalha juncado de corpos de homens cobertos praticamente com trapos, membros de um exército rebelde e posicionados da forma mais exposta possível, tanto por traição, como por uma predisposição estratégica da arma na qual – compulsoriamente – serviam. Pode-se supor, inclusive, que, dado o fato de que a percepção flutuante de cores se verifica no caso brasileiro desde os primórdios da escravidão até os dias de hoje, os próprios autores, de diferentes épocas, possam ter engajado, inconscientemente, suas próprias percepções raciais no antigo debate de Porongos. Estas suposições servem assim para levantar algumas dúvidas sobre o debate feito até agora, no tocante às descrições contraditórias daquele fatídico dia. Este aspecto, entretanto, exige uma análise detalhada do debate historiográfico em torno do tema.

## Capítulo 2: O debate historiográfico e suas contradições

Dois Alfredos foram os pais da controvérsia em relação à Porongos e também seus principais debatedores e pesquisadores: Alfredo Varela (1864-1943) e Alfredo Ferreira Rodrigues (1865-1943). Este fato é tão marcante que até mesmo as principais fontes usadas até hoje pelos pesquisadores atuais são da Coleção Alfredo Ferreira Rodrigues e da Coleção Varela, esta última sendo a mais conhecida. Praticamente todos os possíveis ângulos de abordagem sobre a questão de Porongos foram contemplados por esses dois pesquisadores, sendo que os trabalhos posteriores pouco avançaram na questão, orbitando, em geral, ao redor dos mesmos argumentos e documentos, arrastando através das décadas a querela intelectual que serviu de base para as controvérsias.

### 2.1 A querela dos Alfredos

A controvérsia tem início com a publicação em 1898 de um trabalho de Alfredo Ferreira Rodrigues em que este contrariava calorosamente as colocações de Alfredo Varela no livro “Riogrande do Sul”, editado em 1897. O foco da discussão era o episódio em Porongos em 14 de novembro de 1844. O que a obra de Varela expunha era que Canabarro, em conluio com Luis Alves de Lima e Silva – na época, Barão de Caxias e comandante das tropas imperiais na Província -, teria facilitado o ataque imperial no acampamento situado no Cerro de Porongos<sup>47</sup>, onde as tropas rebeldes haviam se dirigido para as tratativas de paz com o Império.

Varela foi categórico: “Foi uma entrega perfeita [...] Canabarro desde muito traía a República: já empenhara a ação em Ponche Verde com o intuito de enfraquecer a divisão que comandava, atirando-a sobre outra mais forte, porém, com surpresa para si, a causa saíra-lhe como não esperava, levando a pior os monarquistas”<sup>48</sup>. As informações mais importantes usadas por Varela nesse primeiro momento vinham de correspondências de Manuel Alves da Silva Caldeira, ex-lanceiro de Teixeira Nunes, que aparentemente já vinham sendo trocadas entre eles desde 1894<sup>49</sup>. Caldeira mandou seus apontamentos para Varela, onde afirma ter servido em diversos momentos importantes do conflito, estando sempre no cerne dos aconte-

---

<sup>47</sup> SILVA, Juremir Machado da. História regional da infâmia: o destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários). Porto Alegre, RS: L&PM, 2010, pág.17.

<sup>48</sup> VARELA apud MACHADO, Cesar Pires. Porongos: fatos e fábulas. Porto Alegre, RS: Evangraf: Ed. Praça da Matriz, 2011, p.171.

<sup>49</sup> MACHADO, Cesar Pires. Porongos: fatos e fábulas. Porto Alegre, RS: Evangraf: Ed. Praça da Matriz, 2011, p. 174.

cimentos, exceto quando esteve no Rio<sup>50</sup>. Rodrigues, procurando anular o testemunho, mais tarde afirmará que Caldeira não esteve em Porongos, só indo se oferecer para se juntar às forças de Canabarro dias mais tarde, não sendo aceito nas fileiras<sup>51</sup>. Rodrigues, porém, enviou carta à Caldeira em 1898 pedindo informações sobre a Revolução de 1835 e sobre Porongos recebendo a resposta no mesmo ano:

Vou relatar-lhe detalhadamente aquela hecatombe como foi. Canabarro, de combinação com Caxias e Moringue, deu entrada a Moringue em seu acampamento, para derrotar a força comandada pelo General Neto, menos a do General João Antônio da Silveira que estava acampada em lugar que ficou livre do ataque. Francisco Pedro, na véspera do ataque, acampou nos fundos do poteiro da estância da Dona Manoela, irmã do General Neto, sobre a margem esquerda dum galho de arroio Candiottinha que recebe águas da serra da Veleda.

[...] Canabarro [tendo sido avisado da aproximação de Moringue] deu ordem para chegar a cavalaria da reserva à frente do acampamento, para mudarem de cavalos (os cavalos chegaram porém não foram pegos). Também deu ordem ao quartel-mestre para recolher o cartuchame da infantaria e carregasse em cargueiros porque estavam se estragando nas patronas; para serem distribuídos quando aparecesse o inimigo. Neto estava acampado em mau lugar, por isso mudou de acampamento depois que teve aviso de sua irmã. Os artilheiros estavam acampados no lombo de uma estreita coxilha que está situada entre o arroio dos Porongos e uma vertente que nasce no cerro do mesmo nome. Antes de Canabarro acampar nos Porongos, mandou pôr as duas peças que tinha em um lagoão que está no fundo do campo de João Lucas de Oliveira, sobre a margem direita do Candiota Grande, pouco acima da barra do arroio dos Porongos em bom campo. A infantaria desarmada estava na margem direita do dito arroio [...]

Moringue marchou do Candiottinha pelas quatro horas da tarde, mais ou menos, lançando fogo no campo e na noite daquele dia estendeu a cavalaria em linha na frente do acampamento de Canabarro e mandou tocar a alvorada e, antes de mandar um esquadrão de cavalaria entrar pela retaguarda da infeliz infantaria, deu ordem que não matassem os brancos e sim os mulatos, negros e índios. Canabarro, ouvindo o toque de alvorada, montou a cavalo com seu Estado-maior e passou o arroio do dito passo e apresentou-se à frente da força de João Antônio, o qual estava furioso por ver a matança que o inimigo fazia em seus companheiros de armas sem socorrê-los por Canabarro consentir. Canabarro ficou naquela noite no campo dos Porongos [...] ficando Neto derrotado completamente por causa do péssimo terreno escolhido (a propósito) por Canabarro.<sup>52</sup>

Importante observar que Caldeira ainda não havia tido contato com a “Reservadíssima de Caxias” que mais tarde será exposta por Varela, dando ao seu relato um caráter desvinculado de qualquer discussão posterior relacionada com a carta em questão. Outro aspecto interessante é a contradição encontrada na própria carta de Caldeira quanto a Neto, pois ao fim ele afirma que este ficou derrotado por causa do terreno que Canabarro havia escolhido de propósito para dispor suas tropas, porém antes, afirma que o general, ao ser avisado por sua irmã, mudou ele mesmo de lugar por estar mal situado no campo.

<sup>50</sup> Anais do AHRGS, v.5, CV-3104, p.371.

<sup>51</sup> RODRIGUES apud MACHADO, op. cit., p.176.

<sup>52</sup> CALDEIRA apud SILVA, Ibid., p.177-180.

A primeira reação de Rodrigues veio logo em seguida. Em seu trabalho intitulado “A Pacificação do Rio Grande”, iniciou sua argumentação descrevendo a serenidade encontrada no acampamento rebelde em Porongos. Após, com base na Ordem do Dia nº 170, de Caxias, e em depoimentos de João Pedro da Costa, farroupilha, Pedro José Bandeira e Leonel Ribeiro de Almeida, legalistas (tendo todos participado do combate, segundo o autor), fez uma detalhada descrição do ataque do dia 14 de Novembro:

Um esquadrão de 40 homens, não mais, que contornou as posições dos republicanos, correndo com a rapidez do raio sobre os piquetes avançados que abafou sem lhes dar tempo de despejar um tiro ou soltar um grito de alarme, cae de chofre sobre o exército desprevenido, atroando os ares com brados de vitória. [...] Ao primeiro ímpeto do ataque, succede no acampamento uma confusão indescritível. [...] A situação é terrível. Os farrapos, passado o primeiro momento de estupor, cobram ânimo e dispõe-se a morrer lutando. Teixeira, o bravo dos bravos, cujo denodo asombrou um dia ao próprio Garibaldi, reúne os seus lanceiros, o 4º regimento de linha e alguns esquadrões e leva uma carga aos atacantes. As fileiras destes afrouxam, mas os imperiais se multiplicam, surgem de todos os pontos. Segunda carga, mais impetuosa, mais desesperada, é também repelida. É este o sinal de debandada geral. Em vão os chefes chamam os soldados ao dever, dando-lhes o exemplo. Nada os contem e o exército como por encanto se dissolve, arrastando consigo ainda aos que querem lutar. Apenas alguns grupos mantem-se resistindo e nelles o combate se trava a arma branca. Tombam os lanceiros negros de Teixeira, brigando um contra vinte, num esforço incomparável de heroísmo. Ouve-se o tinido do ferro contra ferro e echoam a espaços alguns tiros isolados, que o ardor da peleja não deixa tempo de morder os cartuchos e carregar as armas. É uma carnificina sem nome, um desbarato completo. [...] <sup>53</sup>

Sobre a retirada do cartuchame da infantaria em Porongos, Rodrigues escreveu:

[...] Essa parece ser a acusação mais grave e mais séria, apesar de não estar de facto cabalmente provado, porque o negam pessoas que estavam presentes. Não deixarei por isso de rebatê-la. No dia 13, se havia resolvido em conselho aceitar as propostas de paz, tanto que na manhã seguinte devia Antonio Vicente da Fontoura partir para o exército imperial. É possível que alguns officiaes, ignorando as honrosas condições do accordo, pois que não se devia divulgar, antes da aprovação do governo imperial, resolução de tamanha gravidade, se mostrassem descontentes e falassem em separar-se do exército para fazerem guerra de recursos. Canabarro não devia de modo algum consentir nisso, permitindo qualquer imprudência [...] Qualquer intervenção armada, antes da partida dos emissários seria desastrosa e cumpria evital-a [...] Em defeza de Canabarro, ainda poderia apresentar diversos testemunhos [...] [tais como] o do barão do Ibirapuitan, Antônio Caetano pereira, seu secretario, que estava então no exercito, o do general Portinho, commandante da vanguarda, e o do coronel Manoel Lourenço do Nascimento, que também serviu na revolução ás suas ordens. <sup>54</sup>

As contradições se verificam já nos primeiros momentos dos debates entre os historiadores. Varela havia escrito, baseado em cartas de Manoel Alves da Silva Caldeira, farroupilha

<sup>53</sup> RODRIGUES apud MACHADO, op. cit. , p. 19-20.

<sup>54</sup> RODRIGUES apud MACHADO, Ibid., p.28.

de Canguçu, que as forças de João Antônio da Silveira, conformada de 600 a 700 homens haviam sido posicionadas por Canabarro em um local que o impedia de lutar. Rodrigues, usando informações do testemunho de João Pedro da Costa, que estava no acampamento, diz que as forças rebeldes no local não passavam de 700 homens, e que as forças de Silveira eram de não mais do que 300.

Varela, expondo testemunho de Antonio Gonçalves Valente, farroupilha, afirmou que Canabarro possuía uma força total de 1500 a 2000 homens em Porongos das três armas e quatro bocas de fogo e sem piquetes avançados. Acrescentou que todos no acampamento já sabiam da aproximação de Chico Pedro e que Canabarro alegava estar esperando-o para batê-lo. Ainda conforme testemunho de Valente, o autor escreveu que no dia 13 Canabarro teria mandado retirar as pedras dos fuzis e os morrões das peças de artilharia, porque estariam impraticáveis, para repô-los no dia seguinte. No dia 14, porém, Valente diz que Chico Pedro atacou o acampamento com 500 a 600 homens, sem ser pressentido e a voz de “mata negro e o que é branco deixa”. Ferreira, contrapondo, argumentou que não haviam mais do que 700 homens com Canabarro em Porongos e que ele “não tinha uma só peça de artilharia”, pois, segundo o diário de Fontoura, a única peça que aquelas forças possuíam havia sido escondida em 18 de setembro para não prejudicar a marcha da força. Escreveu também que não faria sentido o acampamento inteiro saber da aproximação de Chico Pedro, pois Netto e João Antônio teriam se oposto ou não se deixariam surpreender. E quanto a matar negros e poupar brancos, Rodrigues invocou o testemunho do Capitão Luiz José de Campos que revelou que foram feridos e mortos juntamente muitos brancos<sup>55</sup>.

Em 1899, Alfredo Varela publicou no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, sua contraposição ao trabalho de Rodrigues do ano anterior com o título de *A Pacificação do Rio Grande do Sul (1845)*. Nesta obra, Varela apresentou a transcrição da cópia da famosa carta de Caxias para Chico Pedro de cuja existência Ferreira Rodrigues havia duvidado<sup>56</sup>. Para a finalidade do presente trabalho, importa o seguinte trecho:

[...] No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro [...] Não receie da infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um Ministro e do seu General-em-chefe para entregar o cartuchame sob pretexto de desconfiança dela [...] <sup>57</sup>

<sup>55</sup> Ibid., p.24.

<sup>56</sup> Ibid., p.30.

<sup>57</sup> Anais do AHRGS, v.7, CV-3730, p.30.

Este documento foi encontrado por Varela entre a vasta documentação que possuía de Domingos José de Almeida. A cópia foi enviada a Almeida por Bernardo Pires<sup>58</sup> em 1º de agosto de 1859 junto com um pedido de cautela por parte de Pires. Este lembrava que a cópia havia sido feita por ele na ocasião em que o Sr. Manoel Rodrigues Barboza lhe mostrou o original que o próprio Chico Pedro havia deixado com ele. Observou, porém, que isso aconteceu um pouco mais de um mês depois do episódio em Porongos e conjecturou que, provavelmente, era somente mais um meio de Chico Pedro de ridicularizar e instigar uns contra os outros. Após essa revelação, Varela seguiu construindo argumentos baseados em testemunhos de João Amado, sargento farroupilha feito prisioneiro em Porongos, e Bernardino de Almeida, filho de Domingos José de Almeida, de forma a validar a carta e comprovar a traição de Canabarro<sup>59</sup>.

A resposta de Rodrigues veio no ano seguinte com a publicação de “David Canabarro e a surpresa de Porongos (réplica ao Dr. Alfredo Varela)”. É interessante notar que, quando os autores tratam da questão da traição ou não em Porongos, nunca focam a questão dos negros como é corrente nas obras escritas após a década de 1980. A traição, para essa primeira geração, se houve, teria sido ao exército republicano, não aos libertos. Esse ponto fica evidente logo no início do texto deste autor<sup>60</sup>: “[...] Como o tratado de paz tenha sido considerado por alguns historiadores uma imposição decorrente da traição de Canabarro, que entregou, no dizer delles, o seu exército à matança sem defesa, no cerro de Porongos [...]”.

Após expor detalhadamente todos os argumentos de Varela acerca da validade do documento, ele passou a desconstruí-los com observações próprias sobre os acontecimentos e usando, principalmente, os depoimentos de duas testemunhas que provariam que a carta realmente teria sido uma falsificação por parte de Chico Pedro para criar cizânias entre os rebeldes. Uma das testemunhas era o Sr. Felix de Azambuja Rangel, parente e amigo íntimo de Chico Pedro e que assistiu ao combate em Porongos; a outra testemunha era Manoel Patricio de Azambuja, cunhado de Felix, também parente próximo de Chico Pedro com quem havia servido sete anos no 5º corpo de cavalaria da guarda nacional.

Manoel Azambuja, na transcrição de seu depoimento, assegurou o forjamento da “reservadíssima de Caxias” descrevendo com detalhes as condições em que ela foi feita<sup>61</sup>. Já Fe-

---

<sup>58</sup> Anais do AHRGS, v.17, CV 7428, p.58-59.

<sup>59</sup> SILVA, op. cit., p. 195-199

<sup>60</sup> RODRIGUES apud MACHADO, op. cit., p.35.

<sup>61</sup> MACHADO, Ibid., p.38-39.

lix de Azambuja Rangel fez uma detalhada descrição do “Ataque dos Porongos”, conforme apontamentos passados ao Dr. Fabio Patricio de Azambuja:

Canabarro a frente de seu exercito de 1000 a 2000 homens achava-se acampado em Porongos [...] Francisco Pedro [...] sciente da posição de Canabarro ententou sorprehendel-o [...] Nenhuma advertência teve Canabarro de sua aproximação, de sua chegada: tanto que ao romper do dia atacando Francisco Pedro sua vanguarda, disse elle: É o bodinho do Fidellis e entretanto minutos depois estava ele derrotado e desbaratado, deixando 300 prisioneiros [...] Acampou Francisco Pedro a uma légua mais ou menos de Porongos e ahi escreveu a Caxias [...] Logo em seguida entregou os prisioneiros todos ao batalhão de infantaria que o acompanhava e remetteu-os para o Rio Grande e marchou em perseguição a Canabarro [...] <sup>62</sup>

Na sequência, Rangel explicou que foi nessa perseguição que Chico Pedro, ao ver que não conseguiria alcançar Canabarro, teve a idéia de forjar a carta para criar a intriga entre os republicanos. E então continuou:

Quanto ao desarmamento ou melhor falta de fogo do batalham de infantaria de Canabarro que tanto sérvio para acoroçoar a injustiça de tachal-o traidor assim deu-se como vou explicar. Sendo preso um official de Canabarro por Francisco Pedro, pedio a este que não o deixasse sofrer tantos trabalhos sendo deportado. Elle então respondeu que só se elle fosse trabalhar a favor do Governo com infantaria e que La encontraria companheiro em serviço. Perguntou o dito official qual era seu companheiro. Francisco Pedro respondeu estar ahi a chave do segredo mas que ele fosse trabalhando que haveria de encontral-o. Este official foi solto e apresentando-se ao Gal. Netto, republicano, relatou semelhante facta a este com a presença de Canabarro. A vista disto mandou Canabarro publicar uma ordem do dia prendendo e recolhendo cartuchame e declarando que seria distribuído pó occasião do combate. Não me recordo o nome deste official porem o vi prisioneiro e assisti a tal conversação entre elle e Francisco Pedro. [...] <sup>63</sup>

Rodrigues, então, após analisar esses depoimentos, passou para o exame da própria carta “apócrifa”. Seu principal argumento, assim como de muitos outros pesquisadores de gerações posteriores, foi o da improbabilidade da capacidade de previsão do texto. Ou ainda, como, numa situação tão caótica e em circunstâncias tão incontroláveis como as de um combate – como o reconhecem todos os grandes teóricos em estratégia – aquela previsão tenha se desenvolvido com tamanha perfeição? Rodrigues argumentou:

No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, principalmente de gente branca da provincia.

Aqui começa o gênio inventivo e infernal de Chico Pedro a tirar partido de todos os detalhes. No combate quem mais vigorosamente resistiu foram os lanceiros negros de Teixeira. A mortandade foi quasi toda nelles. <sup>64</sup>

<sup>62</sup> MACHADO, Ibid., p.40-42.

<sup>63</sup> Id.

Para Rodrigues, portanto, examinando as expressões contidas na carta e confrontando com os depoimentos de Rangel e outros testemunhos, ficava evidente que a carta havia sido escrita após o combate. Além do mais, o autor, baseado nos depoimentos de Rangel, mudou sua argumentação do trabalho anterior afirmando que a mortandade foi quase toda em cima dos lanceiros negros (batalhão formado, de fato, por libertos negros), quando antes dizia, segundo testemunho do Capitão Luiz José de Campos, que “foram feridos e mortos juntamente muitos brancos”. Este ângulo é o mais usado hoje em dia pelos autores ligados ao movimento negro, como o querem Geraldo Hasse e Guilherme Kolling, por exemplo, por dar ênfase ao heroísmo daqueles homens em sua última luta. Quando se argumenta, porém, que as vítimas foram da infantaria, como evidencia a documentação, a imagem muda completamente: em primeiro, lugar não existe muita convicção de que os infantess eram todos negros, diminuindo o argumento racial tão em voga hoje em dia; em segundo, os infantess foram desarmados, o que os coloca como vítimas de um massacre, não como protagonistas de uma resistência como na versão dos lanceiros.

A última resposta oficial de Varela só veio em 1933, quando lançou sua obra *História da Grande Revolução – o cyclo farroupilha no Brasil*. Nela, o autor cedeu aos argumentos de Rodrigues reconhecendo como falsa a carta de Caxias à Moringue:

Treplicou o talentoso coetâneo lançando um jacto de luz inequívoca sobre o grande mysterio: o offic., uma satânica obra de Francisco Pedro!  
Luiz Gomes [...] estava em seu leito de morte [...] no dia em que morreu, recomendou ao filho: “Diz ao dr. Varela que o Canabarro era incapaz de proceder assim.”<sup>65</sup>

Varela seguiu em seu texto dizendo-se impressionadíssimo com o trabalho de Ferreira Rodrigues e com o “rasgo” de Luiz Gomes e que, verificando novamente os papéis do Arquivo de Almeida, encontrou ainda alguns onde Almeida demonstrou dúvidas sobre as versões da traição de Canabarro. De acordo com Juremir Machado da Silva, a explicação para esse recuo de Varela estaria no próprio período em que a obra foi escrita, ano de 1933, “época de nacionalismo ascendente e de preparativos para o centenário do ‘decênio glorioso’”<sup>66</sup>.

---

<sup>64</sup> Ibid., p.43.

<sup>65</sup> Ibid., p.44.

<sup>66</sup> SILVA, op. cit., p.221.

## 2.2 Novos ares?

Como já foi mencionado, as gerações posteriores a Alfredo Varela e Alfredo Ferreira Rodrigues pouco conseguiram ir além do que aquilo que havia sido levantado até o ano de 1901, sendo que a base comum a toda publicação até o presente momento é, sem erro, justamente os trabalhos de Varela e Rodrigues.

Um dos elementos que mudou nos argumentos foi o deslocamento do foco quanto ao episódio de Porongos. A geração que seguiu os passos de Varela e Rodrigues tomava como fator de maior importância o fato de Canabarro ter traído ou não a República - provavelmente pela questão, apontada por Silva, de ser uma época de criação de um ideal de nação -, sendo que os argumentos, então, envolviam muito mais a honra ou desonra dessa figura. Com o tempo, o foco passou a se deslocar sensivelmente mais para a questão dos negros mortos, sendo que a exaustivamente estudada condição de traidor ou não de Canabarro passou para um segundo plano.

A primeira geração, porém, que deu continuidade aos estudos do tema, seguiu o rastro de Varela e abraçou os argumentos de Ferreira Rodrigues. Walter Spalding (1934), Othelo Rosa (1935), Fernando Luís Osório (1935) e Augusto Tasso Fragoso (1938) estão entre os principais nomes dessa geração.

Spalding, por exemplo, criou uma das versões mais conhecidas sobre o episódio: a de que Canabarro teria sido surpreendido em Porongos por estar entretido em sua barraca com a mulher do cirurgião da tropa, Maria Francisca, mais conhecida como a “Papagaia”. O autor praticamente manteve os argumentos de Rodrigues, mas quanto à carta de Caxias, alegou que ela foi escrita antes do combate de Porongos. Também, a narrativa do combate feita pelo autor alterou alguns detalhes:

Forma-se o entrevero. Poucos tiros se ouvem. A infantaria, sem um cartucho sequer, tenta resistir a arma branca. O chão coagula-se de mortos e feridos. Vendo inútil a resistência, dispersa-se desordenadamente o batalhão dos negros de Teixeira. Canabarro, ao ouvir o tiro de alarme, sai da barraca da amante, mas, vendo-se perdido, foge a cavalo. Neto é o único que resiste ainda, heroicamente, dando assim tempo aos outros de afastarem-se.<sup>67</sup>

Como se vê, a descrição do autor se diferiu sutilmente das anteriores. Sugere que as principais vítimas eram realmente da infantaria desarmada, mas, por outro lado, se diferencia

---

<sup>67</sup> SPALDING apud SILVA, *Ibid.*, p.219.

de Rodrigues quanto ao “tombam os lanceiros de Teixeira”, afirmando que estes se dispersaram. Outro detalhe é que, nessa versão, Neto resistiu heroicamente, ao contrário das versões que afirmam que Netto teria fugido sem conseguir esboçar reação alguma, ou ainda a de Caldeira, que colocou Neto numa situação passiva de derrota por escolha de terreno feita por Canabarro.

Spalding, no entanto, foi o único de sua geração que chegou a sair da linha de raciocínio criada por Rodrigues. Os outros autores citados se conformaram em reproduzir as obras anteriores, reafirmando a honra de Canabarro e pouco se referindo à infantaria, aos lanceiros ou aos negros farrapos em geral.

Após esse período ufanista, um dos primeiros a trazer a polêmica de volta foi o norte-americano Spencer Leitman. Para este autor, os negros farrapos eram um problema tanto para os generais do Rio de Janeiro, quanto para os generais rebeldes, pois ambos os lados tinham plena consciência de que “qualquer acordo de paz teria que levar em conta a presença dessa força móvel e bem organizada”<sup>68</sup>. Dessa forma, para o Império, os negros farrapos poderiam facilmente atrapalhar as delicadas relações com Uruguai e Argentina. Já os farrapos “temiam politizar os negros, que, se retornassem à escravatura, representariam um perigo ao poder da classe dominante branca”. Leitman assim descreveu o episódio:

De comum acordo decidiram destruir parte do exército de Canabarro, exatamente seus contingentes negros, numa batalha pré-arranjada, conhecida como “Surpresa dos Porongos”, em 14 de novembro de 1844 [...] Canabarro cumpriu sua parte na barganha e separou os negros farrapos de sua força principal. Isolados antes do ataque e desconhecendo os acertos de seu general, os negros farrapos lutaram valorosamente antes de serem vencidos. Capturado no mês seguinte numa escaramuça, o comandante branco dos negros farrapos foi morto. A “Surpresa dos Porongos” abriu o caminho para a Paz de Ponche Verde alguns meses depois [...] Oitenta de cada cem mortos no campo de batalha eram negros. Apesar dessas perdas, eles ainda constituíam a “força principal” de Canabarro.<sup>69</sup>

Para o autor, não havia dúvidas de que Canabarro, em vista de uma saída pragmática, buscou um conluio com Caxias. Interessante observar que Leitman, baseado principalmente em textos de Domingos de Almeida, foi o primeiro a afirmar que os negros foram especialmente separados para sofrer o ataque, argumento não usado por autores precedentes. Afirma, também com base em Almeida, que 80% dos mortos eram negros, mas que estes ainda eram a força principal de Canabarro após a derrota.

---

<sup>68</sup> LEITMAN, Spencer. *Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil no séc. XIX*. In: DACANAL, José H (Org.). *A Revolução Farroupilha: História e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p.75.

<sup>69</sup> *Ibid.*, p.75-76.

Essa afirmação gera uma dúvida constantemente levantada pelos defensores de Canabarro: se, após Porongos, os negros ainda eram a força principal, por que razão Canabarro se exporia a eliminar alguns negros somente e não um número muito maior? Canabarro entregou a Caxias em Ponche verde 120 negros armados, conforme acordo entre as partes. Como Cesar Pires Machado questiona, “quem assim agiu da mesma forma entregaria 200 ou mais”<sup>70</sup>. A dúvida é válida, pois, em caso de conluio, poderia se esperar uma mortandade muito maior do que os cerca de cem homens que tombaram no cerro naquela madrugada. Outra questão que levanta dúvidas, é que, se as forças rebeldes eram conformadas de um terço à metade de soldados negros, de acordo com relatos<sup>71</sup>, estes 120 homens entregues em Ponche Verde seriam os únicos remanescentes dos negros farrapos (mesmo tendo morrido, supostamente, somente cem deles)? Talvez essa questão possa ser esclarecida pelo fato de que esses 120 escravos entregues à Caxias por Canabarro não fossem escravos quaisquer, sendo, na verdade, escravos dos imperiais, recrutados – à força ou não – pelos rebeldes para aumentar seu efetivo, como argumenta Moacyr Flores<sup>72</sup>. Interessante também observar que, no tocante ao fim dado aos escravos ao fim da guerra, há evidências de que alguns veteranos permaneceram na província, como é o caso do escravo Jesuíno, envolvido em um homicídio na Vila de São Leopoldo no ano de 1874 e tido como “malvado e capaz de cometer qualquer atentado”, de acordo com seu senhor<sup>73</sup>. Há muitos pontos não esclarecidos em relação a este episódio de Ponche Verde ainda, porém, analisá-los não é o objetivo deste trabalho. Nunca é demais salientar, porém, que esses apontamentos servem apenas para demonstrar as contradições existentes nas diferentes versões e análises feitas pela historiografia até os dias de hoje.

Voltando à análise historiográfica, vemos que, a partir da década de oitenta, seguindo o rastro de Leitman, vários trabalhos de autores brasileiros surgiram retomando as dúvidas iniciais de Varela quanto ao que realmente houve em Porongos. Um dos principais nomes dessa geração é o já mencionado Moacyr Flores, com diversas obras publicadas sobre o tema. Uma das últimas, e que trata especificamente sobre Porongos, é *Negros na Revolução Farrroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde* (2004) que retoma e refina sua posição adotada em trabalhos anteriores. Flores inicia seu trabalho contextualizando a situação dos negros na província para, após, esmiuçar os fatos baseado na Coleção Varela, no diário de

---

<sup>70</sup> MACHADO, op. cit., p.91.

<sup>71</sup> LEITMAN, op. cit., p.65.

<sup>72</sup> FLORES, op. cit., p.65.

<sup>73</sup> OLIVEIRA, op. cit., p.111-112.

Antônio Vicente da Fontoura e outras fontes. O autor não demonstra dúvida alguma quanto à traição de Canabarro, como se pode ler no sugestivo capítulo “Traição em Porongos”<sup>74</sup>.

Quanto ao episódio do dia 14 de novembro, Flores é um dos principais pesquisadores, com base na Coleção Varela, a ir contra a idéia amplamente divulgada de que as vítimas em Porongos foram os lanceiros negros. Ele demonstra minuciosamente que os alvos foram os infantess desarmados por ordem de Canabarro – fato inferido da carta de Caxias a Moringue – e cria um vínculo automático entre infantaria e negros, sempre com base em Varela:

[...]Francisco Pedro de Abreu caiu de surpresa na madrugada de 14.11.1844, conseguindo aprisionar 280 homens da infantaria, toda bagagem, abarracamento, cinco estandartes e 34 oficiais [...] Varela não cita que os 280 homens de infantaria prisioneiros e os 100 soldados mortos eram ex-escravos dos imperiais.<sup>75</sup>

Moacyr Flores também é o único autor encontrado que defende a idéia da mortandade de negros baseado na informação de que estes ficavam em acampamentos separados daqueles dos índios e dos brancos<sup>76</sup>. Por não citar a fonte, impossibilitou a constatação dessa compartimentação das tropas rebeldes. Essa informação tampouco foi encontrada na Coleção Varela, usada como base de seu trabalho. A única divisão que se pode inferir é aquela da divisão por armas, não por cores ou etnias. Gabriel Aladrén também menciona essa divisão étnica dos acampamentos, porém, no documento citado por ele para comprovar que negros e índios tinham o mesmo tratamento, verifica-se, curiosamente, que a divisão era por corpos e companhias, não por etnias<sup>77</sup>.

Em 1992, Ivo Caggiani retomou o tema de Porongos em sua obra *David Canabarro: de tenente a general*. Caggiani reproduziu a linha argumentativa que entende o episódio de Porongos como uma “surpresa”. Para o autor, o efetivo de Canabarro em Porongos era de aproximadamente 1200 homens, sendo que Canabarro deslocou 400 homens para reforçar a posição de Portinho que estava no Quebracho, pois o Ten. Cel. Francisco Felix se aproximava daquele lado numa manobra diversionista, possibilitando a aproximação de Moringue pelo outro lado com um efetivo reforçado por Caxias de mais de 1100 homens<sup>78</sup>. A descrição do combate segue à risca aquela feita por Rodrigues, com exceção de não sugerir momento algum que os atacantes tenham cumprido ordens de “poupar brancos e índios”.

<sup>74</sup> FLORES, op. cit., p.55.

<sup>75</sup> FLORES, Ibid., p.59.

<sup>76</sup> FLORES, Ibid., p.61.

<sup>77</sup> ALADRÉN, op. cit., p.134.

<sup>78</sup> CAGGIANI apud MACHADO, op. cit., p.57.

Cesar Machado, analisando Caggiani, entende que a velocidade e contundência do ataque jamais permitiriam, em tais circunstâncias, as condições para a seleção de vítimas descritas por algumas versões. Machado também faz uma interessante constatação acerca da situação da infantaria em Porongos:

Diante de perigos mortais e em meio à confusão produzida entre os rebeldes pelo ataque fulminante, o combatente farroupilha teria que retirar o cartucho da patrona, rasgá-lo com os dentes, despejar pólvora na caçoleta, fechar a caçoleta, despejar a pólvora no cano, colocar bucha e socar com auxílio da vareta, colocar projétil, novamente introduzir bucha, de papel ou pano ensebado, socar novamente, retirar e guardar a vareta, armar o cão para só depois mirar e atirar. E observe que não se está considerando as freqüentes necessidades do uso de acessórios como martelinho, sacatrapo, escovinha, agulheta e outros.<sup>79</sup>

Sob essa ótica, o desarmamento era redundante, funcionando simplesmente como uma precaução. Ou, como o autor sugere, talvez nem tenha havido um desarmamento da infantaria, sutilmente se referindo a suposta falsidade da “Reservadíssima de Caxias”.

Outro autor que seguiu a mesma linha argumentativa que Flores iniciou, já na década de oitenta, é Raul Carrion, em seu trabalho intitulado *Os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha* de 2005. A importância desse livro é mais pela ampla divulgação do que por qualquer novidade documental ou argumentativa. Carrion inova, porém, ao ser o primeiro a atribuir um sentido progressista à luta farroupilha que se evidenciava nas participações de negros, índios, mestiços e brancos pobres<sup>80</sup>. Da mesma forma que Flores, reconhece que o alvo em Porongos foi a infantaria desarmada:

Na madrugada do dia 14 de novembro de 1844, Chico Pedro – o “Moringue” – caiu sobre as tropas farroupilhas “desprevenidas”, procurando aniquilar principalmente a infantaria negra desarmada por Canabarro.<sup>81</sup>

Estranhamente, por outro lado, parece confundir infantaria com lanceiros: “[...] a ‘Surpresa de Porongos’, onde os Lanceiros Negros – previamente desarmado [sic] por Canabarro e separados do resto das tropas – foram atacados de surpresa e dizimados pelas tropas imperiais [...]”.

Apesar de não ser contemplado na historiografia supracitada, não deve ser ignorado, porém, o fato de que o alvo das preocupações do Império era, aparentemente, mais a cavalaria

<sup>79</sup> MEIRA; CABEDA apud MACHADO, *Ibid.*, p.58.

<sup>80</sup> CARRION, Raul. *Os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <<http://www.raulcarrion.com.br/lanceiros.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011, p.1-2.

<sup>81</sup> CARRION, *Ibid.*, p.20-21.

de lanceiros do que a infantaria. Esta, por falta de cavalos – exceto nos casos dos caçadores – tinha suas possibilidades de fuga visivelmente reduzidas – não que não ocorressem. Os lanceiros, por outro lado, eram muito melhor treinados e dispor de sua melhor arma: o cavalo. A fuga em massa para o Uruguai desses cavaleiros para atuar no exército de Rivera era uma possibilidade real aos olhos do Conselho de Estado do Imperador e que deveria ser evitada. Apesar disto, porém, os documentos, mesmo com todas as discordâncias, parecem apontar um massacre da infantaria, não – ou não preferencialmente – de lanceiros.

A exposição desse leque de autores, argumentos e contra-argumentos nos permite visualizar claramente um antagonismo muito claro entre os pesquisadores. E, na raiz de todo o debate, profundas contradições que propalam a controvérsia de mais de um século e meio. Contradições estas que, mais do que os fatos em si, podem ter mais a dizer do que se supunha.

### Capítulo 3: O que vale uma infantaria?

Existe quase uma unanimidade na atual historiografia quanto aos objetivos que embasaram o ocorrido na madrugada de 14 de novembro no Cerro de Porongos. Os negros rebeldes, agora treinados nas sutilezas da guerra de guerrilha e, por isso mesmo, considerados perigosos ao próprio sistema escravista vigente, eram um obstáculo à paz e cabia, pelo bem maior, eliminá-los.

#### 3.1 Os soldados a pé

O primeiro texto conhecido a levantar a polêmica sobre Porongos veio de ninguém menos do que Bento Gonçalves, em 27 de novembro de 1844, em carta ao seu amigo, Sr. Silvano. Apenas duas semanas depois do episódio, portanto. Bento, ao desabafar com o amigo, expôs claramente seus sentimentos em relação ao episódio:

Foi com a maior dor que recebi a notícia da surpresa que sofreram o dia 14 deste! Quem tal coisa esperaria por uma massa de infantaria cujos caminhos indispensáveis por onde tinha de avançar eram tão visíveis que só poderiam ser ignorados por quem não quisesse ver nem ouvir, ou por quem só quisesse ouvir a traidores talvez comprados pelo inimigo!!! [...] Perder batalhas é dos capitães, e ninguém pode estar livre disso; mas dirigir uma massa e prepará-la para sofrer uma surpresa semelhante e ser desfeita sem a menor resistência, é só da incapacidade, da inaptidão e covardia do homem que assim se conduz. [...] <sup>82</sup>

Também é Bento, na mesma carta, quem sugeriu desde os primeiros momentos que as vítimas do ataque eram membros da infantaria, não dos lanceiros, como afirmam vários pesquisadores:

[...] finalizarei esta dizendo-lhe que sem notícias vossas do coronel Marcelino e mais companheiros da infelizmente infantaria, tenho estado cheio de cuidado, pelo que vos peço de noticiar-me miudamente quais os que sucumbiram e foram prisioneiros, etc., bem como o número de soldados mais ou menos perdidos, pois dessa arma ainda não veio para essa parte um só homem [...] <sup>83</sup>

Outro contemporâneo a desconfiar de conluio e buscar evidências de tal, foi Domingos José de Almeida. Varela teve contato com a polêmica cópia da “Reservadíssima de Caxias” através da documentação de Almeida. A cópia foi enviada a ele pelo Major Bernardo Pi-

<sup>82</sup> Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva (1835/1845). Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985. Correspondência ativa (1835/1845) 390, AP. BGS, p. 256.

<sup>83</sup> Id.

res<sup>84</sup> em 1º de agosto de 1859 junto com um já mencionado pedido de cautela por parte de Pires, pois este desconfiava de sua veracidade:

[...] No conflito poupe o sangue brasileiro quanto puder, particularmente da gente branca da Província ou índios, pois bem sabe que essa pobre gente ainda nos pode ser útil no futuro [...]  
 Não receie da infantaria inimiga, pois ela há de receber ordem de um Ministro e do seu General-em-chefe para entregar o cartuchame sob pretexto de desconfiança dela [...]<sup>85</sup>

Em resposta a Pires, no dia 17 do mês seguinte, Almeida escreveu:

[...]Custa com efeito crer que fosse combinado o último ataque de Porongos; porém eu que aqui vi com antecedência duas cartas de Caxias anunciando ao Veador João Rodrigues Ribas o próximo termo da revolução; pois que certos bichos, e que bichões! Estavam de acordo e podiam prestar (formais palavras). E que se quisesse ver pedisse ao Moringue parte do plano que tinha de executar para disso convencer-se. Este precedente; aquele de não bolir-se no Trem e arquivo de Canabarro; aquele de serem mortos libertos somente e poucos homens de cor com eles parecidos [...]<sup>86</sup>

Cabe ressaltar que tais cartas de Caxias não foram encontradas e nem são transcritas por nenhum pesquisador estudado até o momento. Não obstante, como a carta de Domingos não é clara o suficiente, é possível inferir que, quando Caxias se refere a “certos bichos” que estariam de acordo, talvez estivesse se referindo aos farrapos que queriam a paz, não necessariamente a um conluio, apesar de haver essa possibilidade. Quanto à informação dos libertos mortos, Almeida parece ter usado informações de outra fonte, não das cartas de Caxias. Assim como menciona, em carta ao general Antônio Neto em 1º de setembro de 1860, onde pede a este que esclareça alguns aspectos sobre o ocorrido em vista de escrever uma História da revolução. Entre estes aspectos, ele pediu explicação de que “se na véspera do dito ataque foram tirados os cartuchos da infantaria para no dia seguinte se receberem outros, e se os mortos foram quase exclusivamente infantes”<sup>87</sup>.

Caxias, porém, na documentação encontrada na Coleção Varela, nunca mencionou ou permitiu vislumbrar algo que se possa entender como conluio. Também não especificou quem foram os mortos. Tudo isso não foge daquilo que seria de se esperar de um comandante veterano, independentemente de haver conluio ou não. Em carta de 23 de novembro, por exemplo, Caxias recomendou às tropas a perseguição de Bento Gonçalves, para evitar qualquer traição deste e descreve:

<sup>84</sup> Anais do AHRGS, vol.17, CV 7428, p.58-59.

<sup>85</sup> Anais do AHRGS, v.7, CV-3730, p.30.

<sup>86</sup> Anais do AHRGS, v.3, CV-673, p.141.

<sup>87</sup> Anais do AHRGS, v.3, CV-2177, p.647.

Canabarro, depois da surpresa de 14, já escapou de ser outra vez surpreendido no dia 17 do corrente junto ao Baú do Moura. Ele está com 400 homens quase todos desarmados e em pêlo, pois perdeu quase todos os arreios e armamentos. A boca-de-fogo com que o inimigo andava já se acha em nosso poder.<sup>88</sup>

Em outra carta, também recomendando perseguição ao inimigo disperso, escreveu Caxias<sup>89</sup>: “[...] Que deverá ficar em cautela, pois é natural que o inimigo, julgando-se perdido como está, faça algum esforço. Mais da metade da força que leva David vai completamente desarmada”. Prescreveu, em outro documento ainda<sup>90</sup>, instruções para cercar as forças de David, assim como as de Neto e Bento Gonçalves, ao mesmo tempo em que demonstrava preocupação com a presença de Rivera na fronteira.

Em nenhum momento, portanto, Caxias esclareceu algo sobre o episódio de 14 de novembro. Também, nota-se que, no tocante à peça de artilharia, a única versão que vai ao encontro da descrição de Caxias, é a do diário de Fontoura, usado como fonte no primeiro trabalho de Rodrigues<sup>91</sup>. Além desse detalhe, o máximo que se pode inferir nos documentos acima é que as tropas em fuga estavam necessariamente a cavalo, sendo que muitos “em pelo”. Essa informação nos permite conjecturar que não havia um só homem da infantaria com Canabarro nessa fuga, pois, afinal, estavam todos a cavalo. O que daria peso aos relatos de que o ataque, de fato, caiu sobre a infantaria, eliminando-a. Salvo, entretanto, a possibilidade de que a infantaria farroupilha andasse a cavalo para obter um melhor deslocamento. Algo que seria razoável numa “guerra gaúcha”, como era chamada a guerra de guerrilhas com predominância de cavalarianos. Esta segunda possibilidade, portanto, deve ser aprofundada.

O grande problema para essa questão era a crucial falta de cavalos que foi se acentuando ao longo da guerra. Isso fica evidente em curiosa carta do Coronel Domingos Crescêncio de Carvalho ao Coronel João Antônio da Silveira, em 1839, onde aquele diz<sup>92</sup>: “[...] eu marchou hoje para a serra do finado Francisco Lucas, a fim de cobrir-me de algum golpe de cavalaria, porque estou inteiramente a pé [...]”.

A falta de cavalos era de tal forma preocupante que Bento Gonçalves acordou com Rivera, no Tratado de San Fructuoso, de 28 de dezembro de 1841, enviar homens de infantaria e cavalaria em troca de cavalos. Assim, portanto, foi negociado:

---

<sup>88</sup> Anais do AHRGS, v.7, CV-3732, p.32.

<sup>89</sup> Anais do AHRGS, v.7, CV-3736, p.33-34.

<sup>90</sup> Anais do AHRGS, v.7, CV-3738, p.34-35.

<sup>91</sup> MACHADO, op. cit., p.24.

<sup>92</sup> Anais do AHRGS v.6, CV-3607, p.344.

1º. – S. Ex<sup>a</sup>. O sr. presidente da República Rio-grandense prestará a S.Ex<sup>a</sup>. o sr. presidente da República Oriental do Uruguai um auxílio de 500 homens de infantaria e 200 de cavalaria, todos de linha, para invadirem e ocuparem a província de Entre Rios [...]

3º. – Será da obrigação de S. Ex<sup>a</sup>. O sr. presidente da República Oriental do Uruguai auxiliar de pronto com 2000 cavalos a S.Ex<sup>a</sup>. o sr. presidente da República Rio-grandense, para o serviço de seu exército.<sup>93</sup>

Dessa forma, comprovando-se a escassez de cavalcadas por parte dos farrapos, pode-se inferir que dificilmente a infantaria faria uso de cavalos para melhorar os deslocamentos. Outra questão ainda, é que não havia interesse em dispor de uma infantaria a cavalo, pois o fato de estarem a pé, permitia aos cavalarianos manter um maior controle sobre as deserções:

Ausentes nos quadros da república os oficiais com formação acadêmica, eram os chefes sem exceção cavalarianos, e as tropas de infantaria que formavam se submetiam a comandos de cavalaria. Destinada a infantaria para os piores momentos e situações de combate – resistir ao primeiro impacto dos adversários, guardar posições enquanto os cavalarianos manobravam – para esta arma eram destinados os indesejáveis, não apenas como castigo para as infrações cometidas ou presumidas, mas também porque as fugas eram mais difíceis a pé num meio em que predominavam gentes montadas.<sup>94</sup>

Porém, um aspecto que altera o rumo da análise é a constatação de que os corpos de Caçadores descritos na documentação, são muitas vezes tratados como infantaria. Moacyr Flores é um dos poucos autores a notar esse detalhe<sup>95</sup> e ainda a observar que a 4ª Seção de Cavalaria treinava este corpo que era formado por “soldados que tanto combatiam a pé como a cavalo”<sup>96</sup>.

Diversos documentos deixam clara essa relação, como uma carta de Vasco Antunes em que mencionava estar marchando com “[...] cien hombres de caballeria de milicias del Departamento, y del escuadrón, también de milicias n<sup>o</sup>25, y ochenta hombres de infantería del 9º Batallón de Cazadores de 1ª Linea y de lãs Compañias Fijas de La Provincia [...]”<sup>97</sup>.

Em quadro publicado no jornal *O Povo*, de 32 de Outubro de 1839, demonstrando o efetivo total do exército Rio-grandense, pode-se notar que temos a divisão entre os seguintes corpos: Cavalaria, lanceiros, artilharia e caçadores. Não há corpo específico de infantaria. Este último é considerado neste quadro como o conjunto dos Corpos de Caçadores na coluna

<sup>93</sup> SPALDING apud GUAZZELLI, C. A. B. *Libertos e Liberdade: os Soldados Negros da República Rio-Grandense*. In: II Encontro, 2006, Porto Alegre - RS. Anais Eletrônicos do I Encontro. Florianópolis - SC : Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. v.1, p.18.

<sup>94</sup> GUAZZELLI, *Ibid.*, p.6.

<sup>95</sup> FLORES, *op. cit.*, p.36.

<sup>96</sup> FLORES, *op. cit.*, p.51.

<sup>97</sup> Anais do AHRGS, v.4, CV-2327, p.120-122.

“Total por Arma”<sup>98</sup>. Outro detalhe que cabe ressaltar desse quadro é que o único corpo especificado como de “negros” é o dos lanceiros, sendo que todos os outros corpos não possuem essa notação. É possível inferir a possibilidade de que o único corpo armado completamente formado por negros era, dessa forma, realmente o dos lanceiros, sendo os outros corpos de formação mais heterogênea ou branca, daí a falta de notação para eles.

Esta peculiaridade da infantaria também se encontrava do lado dos imperiais, pois Caxias procurava, ao longo da guerra, se adaptar ao estilo de “guerra gaucha” típica das planícies da região meridional das Américas. Um trecho de uma missiva de Domingos Crescêncio de Carvalho de 1840, ao descrever as forças imperiais cujas marchas acompanhava, diz que “[...] o inimigo leva 100 homens de infantaria a cavalo [...]”<sup>99</sup>, confirmando a capacidade de adaptação de Caxias na pacificação da província.

Isso pode levar à hipótese de que a confusão criada entre os testemunhos do combate em Porongos se deveu em parte a essa organicidade das tropas rebeldes acampadas em Porongos, pois onde se diz que os lanceiros foram abatidos, possivelmente eram membros das tropas de Caçadores. Essa irregularidade, por sua vez, parece refletir o caráter pouco marcial dos líderes farroupilhas verificado por Alencastre:

O governo deve ordenar aos generais que usem dos uniformes que lhes competem [...] Um general que sempre se apresenta de poncho, às vezes até de jaqueta de brim e um chapéu de abas largas, que influência poderá excitar? Lembra-me um dito do Coronel Damasceno; dizia: “oíem que república que os generais andão de ponche de toaia”, referindo ao general Neto, que usava uns ponchos brancos.”<sup>100</sup>

Cabe lembrar também, que uma das primeiras medidas da República foi a de simplificar a hierarquia militar, condensando os altos postos militares em generalato. De todos os republicanos a receberem este título, somente João Manuel de Lima e Silva, tio de Caxias e o responsável pela criação do primeiro corpo de lanceiros negros, que possuía uma formação militar acadêmica<sup>101</sup>.

<sup>98</sup> BENTO, Cláudio M. O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975). Porto Alegre, RS: Grafosul, 1976, p.166.

<sup>99</sup> Anais do AHRGS, v.6, CV-3655, p.370.

<sup>100</sup> Anais do AHRGS, v.2, CV-159, p.131.

<sup>101</sup> GUAZZELLI, op. cit., p.4.

### 3.2 A importância e o equilíbrio das armas na “guerra gaucha”

Se, ao que tudo indica, o alvo em Porongos foi de fato a infantaria – ou um corpo de caçadores posteriormente confundido com lanceiros -, devemos então verificar a importância dessa arma tanto sob a ótica da formação estratégica clássica na qual Caxias foi formado, como também sob a da “guerra gaucha” com ênfase na cavalaria ligeira.

O tipo de cavalaria ligeira que se formou na região do Prata no século XIX é herdeira direta daquela originária da península ibérica que misturava influências tanto árabes quanto visigóticas. Adicionava-se também a influência dos índios pampeanos, que logo nos primeiros momentos da colonização da região, aprenderam a montar, desenvolvendo técnicas como cavalgar “em pelo” e inovando, da mesma forma, no tipo de armamento usado, como a lança e as boleadeiras. Todos estes fatores permitiram aos habitantes das campanhas platinas se tornarem exímios cavaleiros, sendo que o cavalo era ao mesmo tempo sua melhor ferramenta de trabalho e arma de guerra<sup>102</sup>. Levando-se em conta as características ideais da região para um pleno uso da cavalaria, não é por acaso, portanto, que esta arma se tornou a escolha por excelência dos habitantes do sul<sup>103</sup>.

Essa arma tinha como principal característica o deslocamento rápido, permitindo golpes violentos, retiradas rápidas e facilidade nos saques aos bens dos inimigos. Essa capacidade de manobra tornava um exército formado predominantemente de cavalaria ligeira uma força difícil de bater caso o adversário não pudesse contar com o mesmo tipo de soldado. No entanto, era uma força inteiramente voltada para uma “guerra de movimento”, mostrando-se deficiente para uma “guerra de posição”<sup>104</sup>.

Cabe lembrar também, que no tocante ao uso de escravos na cavalaria ligeira, não era esta uma peculiaridade limitada aos chefes farroupilhas, mas um fenômeno relativamente comum nas guerras na região do Prata. Isso é facilmente explicado pelo fato de que os próprios senhores de escravos desta região, incluindo aqueles da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, demonstravam preferência pela compra de escravos infantis, que eram, então,

---

<sup>102</sup> GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. 1998. 421 f. Tese (Doutorado em Ppg em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998, p. 188.

<sup>103</sup> GUAZZELLI, Ibid., p.188.

<sup>104</sup> GUAZZELLI, Ibid., p.190.

treinados desde crianças nas lides do campo, formando-se cavaleiros experientes<sup>105</sup>. É de supor, portanto, que esses escravos-soldados possuíssem um vínculo maior com seus senhores. Podendo-se inferir inclusive, que em comparação com aqueles que eram jogados à infantaria, os cavaleiros formavam uma espécie de elite entre os escravos, sendo recompensados pela sua lealdade e habilidade. Baseando-se na hierarquização epidérmica mencionada por Mário Maestri, é possível inclusive argumentar que os cavaleiros que serviam no corpo de lanceiros, eram menos negros aos olhos da sociedade da época do que seus “semelhantes” a pé.

Quanto à questão estratégica, entretanto, supõe-se que para um melhor aproveitamento das forças de um exército, deva haver um equilíbrio entre as três armas: infantaria, cavalaria e artilharia<sup>106</sup>. Clausewitz assim resume a essência das armas: “A artilharia evidentemente só opera através do princípio destruidor do fogo, a cavalaria através do recontro e a infantaria através dos dois”. Essa relação permite ao autor verificar a “superioridade e a utilidade geral da infantaria comparada às outras armas, porque ela reúne em si as três forças elementares.”

Voltando a análise para abranger a questão da “guerra gaucha” devemos entender que Clausewitz vê a cavalaria como “a arma menos indispensável”, sendo que um exército forte buscava se apoiar em infantaria e artilharia prioritariamente. Clausewitz faz um cálculo baseado na realidade européia do período: “[...] em geral, um esquadrão de 150 cavalos, um batalhão de 800 homens e uma bateria de 8 peças de artilharia de seis libras custam quase o mesmo preço, tanto em despesas de equipamento como em encargos de manutenção.” Logicamente que a realidade da província Rio-grandense era muito diversa daquela do continente europeu, dispondo de poucos equipamentos de infantaria e muitos cavalos, justamente por ser uma região de pecuária. Com esse tipo de cenário em mente, é possível notar que o autor relativiza as forças das armas:

[...] a cavalaria é a arma dos movimentos e das grandes decisões; por conseguinte, ultrapassando o seu crescimento a proporção de força vulgar, convém muito quando a guerra se estende a regiões muito mais vastas, quando as expedições se fazem em inúmeras direções e se quer dar um golpe decisivo. É aquilo de que Bonaparte nos dá exemplos.<sup>107</sup>

<sup>105</sup> BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul*. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p. 64

<sup>106</sup> CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Tradução Maria Teresa Ramos. 2.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes Editora, 1996, p.349.

<sup>107</sup> CLAUSEWITZ, *Ibid.*, p.355.

Ou seja, quando se faz uma guerra de guerrilhas, como era a “guerra gaucha” empreendida pelos líderes tanto farrapos como do Prata, uma forte cavalaria se faz essencial. Porém, o próprio autor não nega a importância da infantaria, mesmo nesse cenário que ele considera peculiar (em comparação com o teatro de guerra europeu). Um dado que demonstra essa importância é o fato de que o próprio David Canabarro explica a necessidade de um equilíbrio entre as três armas, como fica evidente em carta a Rio Branco, plenipotenciário do Brasil junto à Confederação, em 13 de fevereiro de 1865, onde ele expõe a necessidade de reforços na fronteira com o Uruguai para evitar uma possível invasão paraguaia:

Nenhuma divisão de operações se diz convenientemente organizada, sem as tres armas. Esta tem somente cavallaria, carece de infantaria de linha e de artilharia. Ha na provincia desses batalhões e artilharia, que deviam fazer parte da defesa do Uruguay. Si houvesse aqui 2.000 homens de infantaria e artilharia e armamentos para 6.000 de cavallaria, affirmo a V. S. que 12.000 paraguayos poucos dias haviam de contar desde a passagem à margem esquerda do Uruguay ao da sua completa derrota.<sup>108</sup>

Apesar desta advertência, Canabarro permaneceu com essa deficiência em sua força. Então, quando Estigarríbia, chefe das tropas paraguaias, cruzou o rio Uruguai e ocupou São Borja, Canabarro se viu na posição de recuar ante o avanço do inimigo. Esta decisão foi contestada pelos altos comandos, submetendo o general ao conselho de guerra. Em sua defesa, o cavalarião alegou que se suas forças tivessem “de 5 a 6 mil homens de Infantaria não havia mais do que marchar e bater o inimigo da Província. Porém com dois mil infantes, 8 bocas-de-fogo e Cavalaria, por única operação tínhamos que marchar em retirada na frente do inimigo”. Em seguida, deixa clara a importância da arma de infantaria em sua opinião como um veterano militar: "Para mim as massas de Infantaria são uma fortaleza movediça, uma rocha viva, em que a Cavalaria vem qual a onda espumante quebrar-se e recuar."<sup>109</sup> Cabe lembrar que, da mesma forma, seu companheiro de armas, Marques de Souza, também, por deficiência de infantaria, se negou a seguir ordens de atacar os paraguaios em Uruguaiana<sup>110</sup>.

Fica evidente, portanto, que a arma de infantaria não é um elemento a ser desprezado em exército algum, independentemente do tipo de guerra em curso. Tal desprezo era comum em alguns contemporâneos da revolta de 1835. Não se pode negar que a cultura rio-grandense

<sup>108</sup> Ofício de David Canabarro. In: ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farrroupilha: Escorços Biographicos*. Porto Alegre, Globo, 1935, p. 69-70.

<sup>109</sup> GUAZZELI, Cesar A. B. *Entre o Estado-Nação e a região província: David Canabarro e Manuel Lucas de Oliveira no início da Guerra do Paraguai*. In: I Seminário de Pesquisas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2001, Porto Alegre - RS. Programa do I Seminário de Pesquisas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2001. v. 1. p.3.

<sup>110</sup> MACHADO, op. cit., p. 10-21.

parecia seduzida pela imagem do guerreiro a cavalo, envilecendo aqueles que lutavam a pé. Para isso, cabe citar um documento de 4 de julho de 1841, onde Bento Gonçalves expunha a necessidade de aumentar o efetivo de infantaria com a cessão de escravos:

Urgindo o bem da Nação Rio-grandense que seja assaz aumentada a Força de Infantaria do Exército Republicano, única arma cuja falta visivelmente se faz sentir, o general-em-chefe está disposto a lançar mão de todos os meios lícitos [...] para alcançar este desejado fim [...] e sendo certo que os continentistas, quase todos excelentes cavaleiros, repugnam por este motivo servir nesta arma, o general-em-chefe em seu nome e sem nome da Pátria se dirige a todos os republicanos convidando-os a que queiram subscrever com o maior número de escravos que puderem dispensar para sentarem praça na referida arma.<sup>111</sup>

Desta forma, apesar da crucial importância estratégica dada à arma de infantaria pela visão estratégica dominante no século XIX, vemos um desprezo absoluto por esta pelos rio-grandenses do XIX, a ponto desse fato exigir atenção especial para um recrutamento forçado. De igual relevância também, é compreender que dado o valor estratégico dessa arma no teatro de guerra de 1844 e de que ela, em qualquer situação, estaria sempre numa posição de exposição – pois este era seu papel -, um ataque a este corpo seria, até certo ponto, previsível. Essa noção, entretanto, não significa que não houve, simultaneamente, uma “entrega” desta arma aos imperiais. Dessa forma, deve-se compreender outras possíveis motivações para um ataque prioritário sobre os soldados a pé (desarmados ou não). Com base nos dados apresentados, urge uma análise mais detalhada da conformação desse corpo, buscando-se apreender o caráter social da infantaria farrapa.

### **3.3 A arma de infantaria e modos de recrutamento**

As formas de recrutamento dos rebeldes, como se pode verificar na Coleção Varela, para as diversas armas, foram se alterando com o passar da guerra, e se tornando, como seria de se esperar, mais desesperadas. Essa mudança, porém, pode ser mais claramente notada no tocante à infantaria, “calcanhar de Aquiles” dos farrapos. O documento mais conhecido relativo ao recrutamento é o impresso da Secretaria dos Negócios da Guerra e Marinha de 20 de Abril de 1838:

§ 2º. Fará dentre os recrutados apurada escolha dos indivíduos da melhor classe por cores, educação, bens e agilidade para o serviço da Cavalaria e Artilharia de Linha, preferindo para esta os que souberem ler e escrever [...]

---

<sup>111</sup> Coletânea de documentos de Bento Gonçalves... op.cit., CV-8471, p.186.

§ 3º. Fará igual escolha dentre os índios e pretos libertos, fazendo seleção dos mais ágeis e capazes para o Corpo de Lanceiros da 1ª Linha, destinando os outros para os Corpos de Infantaria e Caçadores.<sup>112</sup>

Nota-se, que neste documento de 1838, a ênfase no recrutamento da infantaria e dos caçadores é de negros e indígenas que não preenchem os requisitos para o corpo de lanceiros. Muitos autores leram nesse documento a comprovação de que a infantaria era composta apenas de escravos, porém, vê-se que ela também era composta de indígenas. Outro detalhe importante é que o documento não afirma que brancos não serviam na infantaria, apenas reserva aos brancos mais qualificados e com bens o serviço na arma mais nobre, enquanto o resto seria destinado às mais vis; neste caso, portanto, um branco pobre e criminoso, por exemplo, facilmente sentaria praça na infantaria. O documento também especifica que negros e índios, independente de sua habilidade, serviriam no máximo no corpo de lanceiros. Qualquer interpretação além desses pontos é extrapolação.

Outros documentos revelam que, com o passar do tempo, essas especificidades se alteraram significativamente. Em 1841, por exemplo, Neto recomendou a um subordinado “que deve mandar prender todos os homens vagos [...] para sentarem praça na Infantaria”<sup>113</sup>. Da mesma forma, Bento Gonçalves escreveu a João Antônio: “Os vadios e todos os que fogem do serviço da República serão compreendidos no recrutamento e da mesma forma os desertores do inimigo, mui principalmente os da arma de Infantaria”<sup>114</sup>. Por esses trechos, é possível concluir que, para a arma de infantaria eram destinados os indesejáveis em geral - não somente negros e índios - “não apenas como castigo para as infrações cometidas ou presumidas, mas também porque as fugas eram mais difíceis a pé num meio em que predominavam gentes montadas”<sup>115</sup>.

Moacyr Flores lembra que as instruções eram de recrutar “em primeiro lugar os vadios ou aqueles que vagassem pelos municípios sem domicílio determinado ou outros que por sua conduta turbulenta necessitassem de alguma correção, os insubmissos que se escondiam a fim de não prestarem o serviço militar e todos os desertores, estes após serem punidos com a lei”<sup>116</sup>. Silva observou que a estratégia por trás desse tipo de recrutamento era a de resolver

<sup>112</sup> Anais do AHRGS v.5, CV-2831, p.51.

<sup>113</sup> Anais do AHRGS, v.13, CV-6249, p.58.

<sup>114</sup> Coletânea de Documentos de Bento Gonçalves... op. cit., CV 8473, p.187.

<sup>115</sup> GUAZZELLI, C. A. B. *Libertos e Liberdade: os Soldados Negros da República Rio-Grandense*. In: II Encontro, 2006, Porto Alegre - RS. Anais Eletrônicos do I Encontro. Florianópolis - SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. v.1, p.6.

<sup>116</sup> FLORES, op. cit., p.49.

vários problemas de uma só vez: “diminui o desemprego, pune os que fugiram das suas obrigações militares, engrossa o contingente em luta contra o inimigo imoral e dissemina o civismo compulsório. Só não contribuía para a paz, com a retirada dos baderneiros, por ser um caso de guerra”<sup>117</sup>.

Quanto à documentação da Coleção Varela referente ao recrutamento da infantaria, é possível analisar, por exemplo, uma relação de indivíduos recrutados pelo Tenente-coronel Valença e que foram remetidos ao acampamento sob o Comando de Marcelino José do Carmo, Coronel e Comandante da Divisão de Artilharia e Infantaria em 13 de janeiro de 1843<sup>118</sup>. Relação esta feita onze meses antes do episódio em Porongos; permitindo, portando, uma análise e inferência da conformação do corpo de infantaria de Canabarro mais próxima de como de fato se encontrava. O documento lista 48 nomes com suas devidas observações. Dentre estas, encontram-se escravos de dissidentes, de patriotas, homens de maus vícios, ladrões, ex-prisioneiros, desertores (tanto rebeldes como corrientinos), e outros. Destes 48 homens, 25 não podem ser claramente identificados quanto à cor, podendo ser inclusive índios e/ou brancos.

Em outro documento, também do acampamento da Divisão de Artilharia e Infantaria, de 18 de janeiro do mesmo ano, vê-se uma lista de novos recrutas remetidos pelo Tenente-coronel Valença e pelo Tenente Sezefredo<sup>119</sup>. Dos dezoito recrutas no total, três não têm a cor especificada (sendo um ladrão), e dois são brancos. Destes três não especificados, tirando o ladrão, um é desertor do Corpo da Guarda Nacional das Missões e outro é desertor do 1º Corpo de Clavineiros, duas armas claramente destinadas a brancos de posses, como se pode verificar, dentre outros documentos, no já mencionado impresso da Secretaria dos Negócios da Guerra e Marinha de 1938<sup>120</sup>.

Nem sempre, porém, os dados são encontrados diretamente em documentação militar. Um desses dados indiretos, mas não menos importante, é encontrado na carta de Caldeira a Rodrigues, onde aquele, Tenente-coronel dos lanceiros sob comando de Teixeira Nunes, falando sobre as canastras que Canabarro teria enviado para casa de uma viúva de nome Laureana dias antes do ataque em Porongos, foi visitar um parente que servia na infantaria e que havia sido ferido. Chegando lá, Dona Laureana o informou que seu parente havia sido sepul-

---

<sup>117</sup> SILVA, op. cit., p.39.

<sup>118</sup> Anais do AHRGS v.6, CV-3572, p.322.

<sup>119</sup> Anais do AHRGS v.6, CV-3575, p.326.

<sup>120</sup> Anais do AHRGS v.5, CV-2831, p.51.

tado naquela manhã, e que uma das canastras serviu de assento para os homens que velaram o corpo. Nota-se que em nenhum momento na historiografia ou na documentação se menciona a cor de Caldeira. Supõe-se branco, pois esta era considerada a “ausência de cor”<sup>121</sup>. Já do parente, também não se comenta, mas, supondo-se branco, é um dado que também nos aponta para a conformação das tropas de infantaria, mesmo sendo praticamente evidente que esse parente fosse um oficial daquela arma<sup>122</sup>.

### 3.4 Os mortos no Cerro de Porongos

Há também a questão dos testemunhos quanto aos corpos deixados no acampamento naquela madrugada. A descrição mais próxima dos acontecimentos foi feita pelo próprio carasco dos rebeldes, Francisco Pedro, o Moringue. Logo após seu ataque, ele enviou uma carta a Caxias, enquanto a contagem de corpos ainda era feita, dando conta de tudo que houve<sup>123</sup>:

Hoje, ao romper da aurora ataquei ao Canabarro com o seu intitulado exército de mil e tantos homens: foi derrotado completamente, tendo cento e tantos mortos, e trezentos prisioneiros, e julgo excederá muito dos trezentos; porque ainda tenho gente por fora, e estão chegando aos cinco e aos seis; enfim, poderiam se escapar como duzentos e tantos a cavalo extraviados, isto mesmo por o campo ser muito montanhoso, e minha cavalaria estar muito puxada, pelas marchas de noite, e de dia emboscada. No número de prisioneiros são trinta e quatro oficiais, sendo um deles o Ministro da Fazenda alheia; deixaram toda a bagagem, e alguns até se escaparam em mangas de camisa.

Os números de Caxias variavam pouca coisa, pois em sua ordem do dia nº 169, escreveu que haviam mais de mil rebeldes no acampamento e que estes sofreram 100 baixas e tiveram 333 homens feitos prisioneiros, entre esses 35 oficiais e o ministro da Fazenda José Francisco Vaz Vianna. Além disso, capturaram toda a bagagem dos rebeldes, armamento de infantaria, 1500 cartuchos de adarme 21 e adarme 11, mais de mil cavalos, cinco estandartes e o arquivo do general Canabarro<sup>124</sup>. O porquê de o número de “cento e tantos mortos” cair para “100 baixas” é ignorado, porém.

Domingos de Almeida, entrevistando contemporâneos para obter dados acerca do episódio de Porongos para escrever seu jornal, anotou a minuta da entrevista com José Joaquim de Andrade Neves em 1844 que possui apenas esta breve informação: “[...] As nossas forças não perderam nesse combate um só homem; todo o sangue que correu foi dos rebeldes, que

<sup>121</sup> ALADRÉN, op. cit., p. 115.

<sup>122</sup> SILVA, op.cit., p. 180.

<sup>123</sup> SILVA, Ibid., p.148.

<sup>124</sup> FLORES, op. cit., p. 59.

surpreendidos pelo Barão de Jacuí nem tempo tiveram para de defender”<sup>125</sup>. Não faz a menor menção a alguma especificidade no tocante aos mortos, no entanto.

Almeida também é o autor de uma carta à Neto, na qual ele pretendia esclarecer se, de fato, os mortos em Porongos eram exclusivamente libertos “e poucos homens de cor com eles parecidos”<sup>126</sup>. Alguns autores utilizaram este trecho para comprovar a predominante mortandade de negros, porém, não revelam que Almeida, ao mencionar esse fato, está tentando tirar esta dúvida com Neto, pois afirma ter lido cartas de Caxias onde este assim afirmava. Não demonstram tampouco que cartas são essas de autoria de Caxias, nem se realmente existem.

Para Varela, porém, ficaram no campo mais de 100 soldados mortos, um coronel e 34 oficiais e foram aprisionados 280 homens da infantaria junto com toda a bagagem, abarracamento e cinco estandartes<sup>127</sup>. Moacyr Flores, por sua vez, insiste que nesses dados de Varela não são mencionados que todos os mortos eram negros, apesar de não citar fontes que embasem essa afirmação. Ferreira Rodrigues, por outro lado, usando os apontamentos de Felix de Azambuja Rangel, escreveu que 300 homens foram feitos prisioneiros, mas não mencionou mortos<sup>128</sup>. Em outro momento, porém, usando relato do Capitão Luiz José de Campos, afirmou que foram feridos e mortos juntamente muitos brancos.

Cláudio Moreira Bento afirmou que “o campo de Batalha de Potongo [sic] ficou juncado de 100 mortos farroupilhas. Dentre eles, 80 eram dos bravos lanceiros negros de Teixeira Nunes”<sup>129</sup>. Essa última informação condiz com a de Othelo Rosa em *Vultos da Epopéia Farroupilha*, onde o autor afirma que “oitenta de cada cem mortos no campo de batalha eram negros”<sup>130</sup>. Canabarro Reichardt escreveu que o exército rebelde resistiu após se recobrar da surpresa do ataque, porém dissolveu-se rapidamente “arrastando consigo ainda os que querem lutar” e que, logo após, “tombam os lanceiros negros de Teixeira, brigando um contra vinte, num esforço incomparável de heroísmo”<sup>131</sup>. Estes relatos, no entanto, encontram esse alto índice de mortandade de negros por associação com o fato de que seriam lanceiros negros. Mas se levarmos em conta os outros indícios já citados que apontam para uma mortandade de homens da infantaria, como a menção de Bento Gonçalves de que não havia visto nenhum

<sup>125</sup> Anais do AHRGS, v.3, CV-734, p.189.

<sup>126</sup> Anais do AHRGS, v.3, CV-673, p.141.

<sup>127</sup> FLORES, op. cit., p.59.

<sup>128</sup> MACHADO, op. cit., p.40.

<sup>129</sup> BENTO, op. cit., p.172.

<sup>130</sup> ROSA apud LEITMAN, op. cit., p. 76.

<sup>131</sup> REICHARDT apud BENTO, op. cit., p.172.

homem dessa arma após Porongos, ou ainda as instruções de Caxias para a perseguição de Canabarro em que menciona somente cavalarianos fugindo com este, acabamos por evidenciar um possível problema para esse viés.

Conclui-se, portanto, que a conformação da arma de Infantaria do exército farrapo era racial e socialmente heterogênea. É possível verificar na documentação que o número de libertos nas fileiras rebeldes era, de fato, elevado. Não obstante, é evidente também um número de indivíduos não classificados pela cor e, inclusive, brancos. É possível inferir, então, com base nos dados levantados, que, diferentemente da cavalaria de lanceiros, que era de fato formada somente por libertos com habilidades equestres (dentre outras necessárias ao combate), que a arma de infantaria era o calabouço móvel para onde eram enviados todos e quaisquer indesejados, independentemente de cor de pele. Ressalta-se, no entanto, que cor e classe social estão intimamente ligados, demonstrando que o fator racial ainda dá o tom do recrutamento desta arma. Por conseguinte, se havia tal heterogeneidade nesse corpo, por que a historiografia e a documentação do período oferecem descrições tão contrastantes?

## Considerações finais

Cem corpos de combatentes farroupilhas, aproximadamente, cobriam o Cerro de Porongos após o ataque imperial de 14 de novembro, enquanto Moringue escrevia para Caxias descrevendo o sucesso do recontro. Em torno de 300 homens ficaram como prisioneiros das forças legalistas, da mesma forma que todo o material e armamento rebelde como espólio. De acordo com as evidências, estes mortos e prisioneiros pertenciam ao corpo de infantaria rebelde. Corpo este que era o destino dos homens mais indesejados socialmente, porém necessários para sentar praça numa arma absolutamente vital: escravos inaptos, vagabundos, criminosos, desertores e até mesmo prisioneiros inimigos serviram em suas fileiras. De acordo com a documentação encontrada, além da conformação socialmente problemática, esta arma recebia ainda menos investimento em equipamentos do que as armas mais nobres, notadamente a cavalaria. Muitos trajavam trapos, muito provavelmente sem qualquer cuidado com higiene pessoal, como seria de se esperar numa guerra de movimento e com falta de recursos. Muitas vezes, a documentação os retrata pela nudez em que se encontravam, com pedidos de mudas de roupas e outros materiais. Não é difícil, dessa forma, imaginar o efeito negativo que a visão dessa arma infame causava ao observador e suas posteriores conseqüências.

Imediatamente após o recebimento da missiva de Francisco Pedro, Caxias envia ordens para perseguir as tropas de Canabarro, Neto e Bento Gonçalves e avisa que as forças do primeiro estão a cavalo e praticamente desarmadas, indicando um corpo de cavalaria em fuga. Dias mais tarde, Bento Gonçalves pede notícias do corpo de infantaria, única arma de que nada se sabia após o ataque. Décadas se passaram até que, Domingos de Almeida, procurando escrever uma história da revolução para seu jornal, começa a investigar algumas evidências que apontavam a mortandade quase exclusiva de infantes. Logo após, muda o foco para uma possível mortandade de libertos. A partir desse ponto, com Alfredo Varela e Alfredo Rodrigues, o debate tem início, e os argumentos, evidências, testemunhos vão evoluindo e se adaptando aos rumos da controvérsia. A culminância dessa discussão é a versão amplamente difundida hoje em dia da mortandade exclusiva de negros, à traição, em Porongos. Negros estes pertencentes ao conhecido corpo de lanceiros negros que serviram sob o comando do Coronel Teixeira Nunes.

O historiador Sérgio da Costa Franco já havia declarado que nada se pode afirmar sobre Porongos. Justamente porque não há evidências concretas e definitivas para muitos dos fatos defendidos pelos diferentes lados e interesses. E esta falta de provas cabais, inclusive, é

o principal motor de toda a discussão feita até hoje sobre o assunto, permitindo que o episódio seja moldado e remoldado tantas vezes quanto for necessário pelos antagonistas, correndo o risco, como em todo trabalho de manipulação, de perder todas suas características originais, tudo para que se encaixe em interesses diversos. É importante que se explicita, portanto, quem é quem nesse jogo de interesses.

Atualmente, existem predominantemente dois ângulos opostos. De um lado, os que buscam provas da traição de Canabarro aos negros, sendo que uma parcela deste grupo busca provar não só o vil ato do comandante rebelde, mas que os mortos no cerro eram os famosos lanceiros, que teriam morrido heroicamente em seu derradeiro esforço para salvar seus camaradas de armas. Do outro lado, temos aqueles que buscam provar que não houve traição por parte de Canabarro. Porém, esse último grupo varia enormemente os argumentos quanto aos negros. Alguns alegam que, se houve mortandade de negros, foi por mera coincidência, já que estavam servindo justamente na arma atacada (infantaria), ou ainda, indo ironicamente ao encontro do grupo antagônico, defende que os negros defenderam a honra do exército rebelde em seu último momento, tendo assim uma morte épica. Uma outra parcela desse mesmo grupo, geralmente associada ao movimento tradicionalista, apesar de estar diminuindo ante o avanço da pressão social criada pelo movimento negro, busca evidenciar que não houve mortandade exclusiva de negros, usando a defesa de Ferreira Rodrigues de que teriam morrido também muitos brancos.

Fica evidente, dessa forma, que a falta de evidências plenas e incontestáveis para provar uma coisa ou outra acerca do episódio, permite que os diversos interesses montem o quebra-cabeça retórico de Porongos como melhor lhes convêm, usando as peças que julguem mais apropriadas. Porém, ao olharmos os dados em conjunto, da forma mais objetiva possível, é difícil não notar as contradições existentes nos diversos argumentos. Daí, que a hipótese levantada nesse trabalho, é justamente que, dentro dessas contradições pode se encontrar uma das chaves para melhor entender o episódio e, conseqüentemente, o debate.

Afinal, é possível afirmar que só morreram negros em Porongos? Depende da definição de negros. Se aceitarmos que o termo “negro” se refere a uma categoria natural, universal e evidente por si só, dificilmente será possível afirmar tal fato, pois as evidências apontam para a existência de uma heterogeneidade racial. Porém, se tomarmos o mesmo termo como uma categoria não natural referente, simultaneamente, à classe social, tom da pele, nível financeiro, status, comportamento, nível de instrução e contexto, dentre outras características,

então podemos afirmar, com absoluta certeza, que as vítimas do dia 14 de novembro eram todos negros. Ou mais especificamente, eram todos homens que se encaixavam na categoria “negro”.

Essa análise, no entanto, não se trata de um revisionismo histórico em busca de dados que eliminem o fator racial do episódio. Porongos foi, e ainda é, uma questão racial, de fato. Mas somente enquanto “raça” seja entendida como um termo que abranja ao mesmo tempo o conceito de “classe social”. Criar um imaginário de que somente homens de epiderme “negra” foram vítimas em Porongos é negar a complexidade da questão racial brasileira e, de certa forma, incentivar um racismo às avessas, negando, da mesma forma que foi feito com os afro-descendentes, a participação de indivíduos que não se encaixam claramente na descrição do episódio. Se antigamente havia sido criado um imaginário excludente da participação dos negros na História rio-grandense, atualmente, em virtude de uma defesa de uma memória negra, apaga-se a complexidade social e racial da província. Defesa essa absolutamente legítima e necessária, mas que deve buscar não cair no erro de seus antagonistas.

É possível, afinal, com base na análise apresentada e apoiado nos excelentes, porém escassos, estudos realizados sobre a questão da “flutuação de cor” no Brasil, imaginar aquele corpo de homens, muitas vezes maltrapilhos e mal vistos, como um grupo completamente heterogêneo quanto à cor epidérmica. Negros, mulatos, indígenas e até mesmo brancos. Seria possível esperar, ao visualizar aqueles homens, toda uma graduação policromática, de indivíduos cuja única característica em comum era a de pertencer ao mais baixo nível social, formando os indesejados das províncias.

Deve-se ressaltar, no entanto, que a expectativa de encontrar documentos que comprovassem a hipótese trabalhada foi frustrada, tanto pela falta de tempo disponível para pesquisa nos grandes acervos, como pela costumeira falta de clareza na documentação. Não se pode negar, também, a possibilidade de não haver documentação comprobatória da proposição desse trabalho, fazendo com que a argumentação trabalhe, efetivamente, no nexo das contradições existentes. A falta de “voz” dos indivíduos sob foco desta pesquisa - escravos, libertos, indígenas, brancos pobres, em suma, pessoas, com frequência, não alfabetizadas – já era um obstáculo esperado, como pode ser constatado em muitos outros trabalhos sobre escravidão no Brasil. Porém, imaginava-se encontrar essa “voz” através de interrogatórios judiciais, por exemplo, ou documentação similar, como foi o caso encontrado por Vinicius Pereira de Oliveira e Daniella Vallandro de Carvalho. Os dois pesquisadores encontraram o curioso caso

do lanceiro Francisco Cabinda, que após idas e vindas, servindo inclusive na cavalaria farrou-pilha, foi parar na *Casa de Correição* do Rio de Janeiro em fevereiro de 1839, para prestar depoimento sobre sua existência na Corte<sup>132</sup>. Dessa forma, Francisco relata livremente sua história de 10 anos de lutas entre os farrapos e, posteriormente, nas fileiras do general Oribe, dando detalhes sobre alguns episódios de um ponto de vista diferenciado. Infelizmente os autores não mencionam a origem dessa documentação, somente aquela parte que se encontra no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (AHRs), entretanto, supõe-se estar nos arquivos do Rio de Janeiro.

Mesmo com essa falta de documentação, o fato de pesquisadores terem encontrado, em outros arquivos, fontes desse tipo e com tal nível de detalhes, permite que se visualize novas possibilidades para pesquisas futuras, aprofundando-se em questões ainda não levantadas e experimentando novos ângulos e abordagens.

---

<sup>132</sup> OLIVEIRA, Vinicius P.; CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos*. In: RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsnegro.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

## Fontes

Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Porto Alegre, 1983.

Documentos da Escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu. Coordenação Bruno Stelmach Pessi e Graziela Souza e Silva – Porto Alegre : Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

Coletânea de documentos de Bento Gonçalves da Silva (1835/1845). Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1985.

## Bibliografia

ALADRÉN, Gabriel. *Liberdades negras nas paragens do sul: Alforria e inserção social de libertos em Porto Alegre, 1800-1835*. 2008, 196 f. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: <[http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008\\_ALADREN\\_Gabriel-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_ALADREN_Gabriel-S.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2011.

BAKOS, Margareth. *A escravidão negra e os farroupilhas*. In: DACANAL, José. (org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

BENTO, Cláudio M. *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul (1635-1975)*. Porto Alegre, RS: Grafosul, 1976.

BERUTE, Gabriel Santos. *Dos escravos que vos partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790- c. 1825*. 2006. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

CARRION, Raul. *Os Lanceiros Negros na Revolução Farroupilha*. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em:

<<http://www.raulcarrion.com.br/lanceiros.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 201.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. Tradução Maria Teresa Ramos. 2.ed. São Paulo, SP: Martins Fontes Editora, 1996.

FLORES, Moacyr. *Negros na Revolução Farroupilha: traição em Porongos e farsa em Ponche Verde*. Porto Alegre: EST Edições, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUAZZELI, Cesar A. B. *Entre o Estado-Nação e a região província: David Canabarro e Manuel Lucas de Oliveira no início da Guerra do Paraguai*. In: I Seminário de Pesquisas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2001, Porto Alegre - RS. Programa do I Seminário de Pesquisas do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 2001. v.1.

GUAZZELLI, C. A. B. *Libertos e Liberdade: os Soldados Negros da República Rio-Grandense*. In: II Encontro, 2006, Porto Alegre - RS. Anais Eletrônicos do I Encontro. Florianópolis - SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. v.1.

GUAZZELLI, Cesar A. B. *O Horizonte da Província: a República Rio-Grandense e os Caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. 1998. 421 f. Tese (Doutorado em Ppg em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Ed.34, 1999.

HARRIS, Marvin. *O Padrão Brasileiro*. In: *Padrões raciais nas Américas*. Tradução Maria Luíza Nogueira. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

HASSE, Geraldo; KOLLING, Guilherme. *Lanceiros Negros*. 2. ed. Porto Alegre: JÁ Editores, 2006.

LARA, Sílvia H. *Fragmentos Setecentistas: Escravidão, cultura e poder na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LASCH, Christopher. *O discurso sobre a morte em massa: as lições do holocausto*. In: *O Mínimo Eu*, pp. 90-115, São Paulo: Brasiliense, 1990.

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LEITMAN, Spencer. *Negros farrapos: hipocrisia racial no sul do Brasil*. In: DACANAL, José Hildebrando (Org.). *A Revolução Farroupilha: história e interpretação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

LEITMAN, Spencer. *Raízes Sócio-Econômicas da Guerra dos Farrapos: Um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1979.

LIMA, Marcus Eugênio O.; VALA, Jorge. *A cor do sucesso: efeitos da performance social e econômica no branqueamento e na infra-humanização dos negros no Brasil*. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 16, n. 3, set. 2005. Disponível em: <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1678-51772005000300008&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51772005000300008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 10 nov. 2011.

MACHADO, Cesar Pires. *Porongos: fatos e fábulas*. Porto Alegre, RS: Evangraf: Ed. Praça da Matriz, 2011.

MAESTRI, Mario. *História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006*. In: LECHINI, Gladys (Org.). *Los estudios afroamericanos y africanos em America Latina: Herencia, presencia y visiones del outro*. Córdoba: CLACSO, Coediciones, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; OLIVEIRA, Helena de. *Extermínio: violentação e banalização da vida*. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos2/exterminio-violentacao-banalizacao/exterminio-violentacao-banalizacao.shtml>>. Acesso em: 04 junho 2011.

OLIVEIRA, Vinicius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: Edições EST, 2006.

OLIVEIRA, Vinicius P.; CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros da Guerra dos Farrapos*. In: RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2009. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/ahrs/rsnegro.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

ROSA, Othelo. *Vultos da Epopéia Farroupilha: Escorços Biographicos*. Porto Alegre, Globo, 1935.

SILVA, Juremir Machado da. *História regional da infâmia: O destino dos negros farrapos e outras iniquidades brasileiras (ou como se produzem os imaginários)*. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Triunfo: Petroquímica Triunfo, 1987.

VARELA, Alfredo. *História da grande revolução: o cyclo farroupilha no Brasil*. Volume 6. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1933.

XAVIER, Regina C. L. *Raça, civilização e cidadania na virada do século XIX e início do século XX*. Curitiba, 2009, p.3. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/comunicacoes/ReginaXavier.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2011.